



**Boletim**  
**de Transparência**  
**Fiscal**

RIO DE JANEIRO | 2º BIMESTRE | 2012

**SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA**

**Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos**

**SUBSECRETÁRIO-GERAL**

**Paulo Sérgio Braga Tafner**

**SUBSECRETÁRIO DE FINANÇAS**

**Rebeca Virginia Escobar Villagra**

**SUBSECRETÁRIO DE POLÍTICA FISCAL**

**George André Palermo Santoro**

**SUBSECRETÁRIO DE RECEITA**

**Luiz Henrique Casemiro**

**SUPERINTENDENTE DO TESOURO  
ESTADUAL**

**Carolina Tomaz Barbosa Corrêa**

**SUPERINTENDENTE DE PROGRAMAÇÃO  
FINANCEIRA**

**Josélia Castro de Albuquerque**

**SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES  
FEDERATIVAS E TRANSPARÊNCIA FISCAL**

**Marco Aurélio Alves de Mendonça**

**SUPERINTENDENTE DE CONTROLE E  
ACOMPANHAMENTO DA DÍVIDA**

**Valéria Barbosa**

**SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS**

**Elvecio Vital da Silva**

**EQUIPE BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA  
FISCAL**

**Alessandro Lima da Rocha**

**Ana Cecília de Souza**

**Ana Paula Quedinho**

**Brower Ramos Silva**

**Cláudia Santoro**

**Creusa Mattoso de Almeida**

**Daniela de Melo Faria**

**Eliane Marcos Macedo**

**Fabio Souza Pontes**

**Fernanda Correia de Oliveira**

**Guilherme Vasconcelos Severino**

**Henrique Diniz de Oliveira**

**Joana Pimentel Meneses de Farias**

**José Elias do Nascimento Neto**

**Karine de Souza Vargas**

**Larissa Silva Carvalho**

**Leonardo Santos de Oliveira**

**Leonardo Silva Carvalho**

**Luisa Regina Mazer**

**Maria Gisele Bastos Soares**

**Maria Helena Pitombeira**

**Marina Lavocat Barbosa Ernesto**

**Raphael Philipe Moura**

**Renata Gomes Rimes de Almeida**

**Robledo da Cunha Pereira**

**Sérgio da Costa Peixoto**

**Soraia Duarte Guimarães**

O **BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL** é uma publicação bimestral da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro. Sua elaboração é de responsabilidade da Subsecretaria de Política Fiscal e da Subsecretaria de Finanças. Ele é chamado de TRANSPARÊNCIA fiscal porque vai além do registro de cifras macroeconômicas ou associadas a metas de equilíbrio fiscal, que são essenciais para a avaliação da solvência do Estado. O boletim procura também dar uma ampla visão do uso dos recursos públicos pelas diversas funções do gasto. Este é um elemento chave para posteriores análises da efetividade e eficiência no uso das receitas de impostos e de outros recursos públicos, com vistas a avaliar se este uso atende aos objetivos do governo e da sociedade, respondendo corretamente às demandas sociais e atuando como elemento indutor do desenvolvimento econômico. A frequência bimestral do boletim se espelha na avaliação dos riscos para o cumprimento das metas fiscais referidas nos artigos 8º e 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000).

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

**Informações:**

Tel: (21) 2334-4929

**Home Page:** <http://www.sefaz.rj.gov.br>

Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, n.º 670

Rio de Janeiro, RJ, CEP 20071-910

## SUMÁRIO

RESUMO EXECUTIVO .....	8
EXECUTIVE SUMMARY .....	10
I. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro .....	12
II. Resultados Fiscais .....	14
II.1 Resultado Orçamentário Total.....	14
II.2 Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA .....	15
II.3 Resultado Primário .....	16
III. Receita Estadual .....	17
III.1 Receitas Correntes .....	17
III.1.1 Receita Tributária .....	18
Box 01 – Corrosão das Transferências da União a Estados e Municípios Relativos à Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico (CIDE) .....	20
III.1.1.1 Arrecadação de ICMS comparativo do Estado por Setor Econômico.....	22
III.1.3 Receita de Transferências.....	24
III.1.3.1. Transferências da União .....	25
III.1.4 Demais Receitas Correntes .....	27
III.2 Receitas de Capital.....	29
IV. Despesa do Estado do Rio de Janeiro.....	30
IV.1 Análise Geral da Execução da Despesa .....	30
IV.2 Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ, FECAM e FEHIS.....	38
BOX 02 – Departamento de Estradas e Rodagens do ERJ (DER) .....	42
V - Administração Financeira.....	45
V.1 Cota Financeira.....	45



V.2 Pagamento de PD's .....	46
V.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro .....	47
V.4 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos.....	48
V.4.1 Características de Consumo .....	50
V.5 Tratamento Dispensado a Restos a Pagar Processados .....	51
V.6 Requisições Judiciais de Pagamento .....	52
V.7 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a dívida pública .....	53
V.8 Acompanhamento Financeiro de Convênios .....	60

## Apresentação

Este é o vigésimo sexto número do boletim bimestral de transparência fiscal elaborado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, e o segundo referente ao exercício de 2012. Seu objetivo é aperfeiçoar os mecanismos de controle e transparência na execução do orçamento estadual.

Esses mecanismos de controle possuem pelo menos duas vertentes. A primeira liga-se à solvência e à previsibilidade no gasto, em decorrência do reconhecimento de que uma das principais premissas de um governo responsável é executar o orçamento dentro da previsão da receita, ou seja, despesas não podem ser criadas, compromissos assumidos, ou contratos assinados sem um lastro seguro na arrecadação ou em outros recursos orçamentários.

De acordo com os dispositivos legais, em vigor há mais de quarenta anos, não pode haver despesa sem empenho. Apenas assim as obrigações poderão ser honradas tempestivamente e sem sobressaltos, trazendo previsibilidade, tranquilidade e transparência à ação pública.

Além disso, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) impõe metas fiscais que devem ser cumpridas sob risco de sanções aos administradores e ao próprio ente federativo, como a suspensão de transferências voluntárias. O Estado deve, por exemplo, alcançar uma meta de superávit primário suficiente para, no mínimo, cumprir as obrigações com pagamento da dívida, e dispor de suficiente folga de caixa de maneira que toda a Administração possa planejar seus gastos com segurança. É claro que haverá períodos em que será necessário implementar investimentos estruturantes que resultarão em queda deste resultado primário, devido ao endividamento. Porém, o retorno se dará no futuro, com o maior dinamismo da economia e, por conseguinte, da arrecadação.

*É parte do Estado Democrático de Direito a obrigação do administrador público de prestar contas à sociedade, demonstrando a adequabilidade da aplicação dos recursos às demandas econômicas e sociais.*

*O Boletim procura fornecer, com presteza, detalhes da despesa em cada área, para que haja clareza sobre os gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade.*

A segunda vertente diz respeito à aplicação dos recursos. Aqui, importa cumprir a Lei (e.g., vinculações) e procurar alcançar, entre outros, os objetivos constitucionais de eficiência, economicidade e efetividade. Para essa avaliação, é importante que se conheçam detalhes da aplicação de recursos por função (e.g., saúde, educação) e o perfil temporal desses gastos.

Os dados aqui disponibilizados foram extraídos do Sistema de Informações Gerenciais (SIG) do Governo do Estado do Rio de Janeiro, no dia 16/05/2012.

A despesa refere-se, salvo ressalva, ao conceito de empenho liquidado; já a receita, por sua vez, corresponde ao conceito de realizada (regime de caixa), ambas depuradas das rubricas intraorçamentárias.

O Boletim é dividido em cinco seções, além desta apresentação. As três seções iniciais fazem uma breve análise dos agregados fiscais, da evolução das diversas rubricas de receita e das metas correspondentes. A quarta seção apresenta a despesa no seu agregado de execução orçamentária e detalhes dos gastos por área, principalmente aquelas que se beneficiam de vinculação de receitas e pisos de gastos, como Saúde, Educação e Meio Ambiente, assim como demonstrativos da execução do PAC e do DER. Por fim, a quinta seção remete aos elementos da política financeira do Estado, notadamente o estabelecimento e uso das cotas financeiras programadas para os órgãos, a tempestividade dos pagamentos requeridos por esses órgãos, a aplicação dos saldos do Tesouro, a quitação de restos a pagar de administrações anteriores, assim como dos precatórios judiciais. A seção também informa a situação da dívida pública do Estado e traz dados sobre a execução de convênios.

***“O Orçamento Nacional deve ser equilibrado. As Dívidas Públicas devem ser reduzidas, a arrogância das autoridades deve ser moderada e controlada. Os pagamentos a governos estrangeiros devem ser reduzidos, se a Nação não quiser ir à falência. As pessoas devem novamente aprender a trabalhar, em vez de viver por conta pública.” Marcus Tullius Cícero – Roma, 55 A.C.***

## RESUMO EXECUTIVO

O Estado do Rio de Janeiro apresentou, no segundo bimestre de 2012, crescimento de 2,7% (+R\$ 487 milhões) nas suas receitas totais. Tal desempenho, embora bastante superior ao ocorrido no primeiro bimestre do ano, ainda se encontra abaixo das metas de arrecadação (-1,9%).

As Receitas Correntes atingiram patamar ligeiramente superior (1,1%) ao observado no 2º bimestre de 2011, impulsionadas, principalmente, pelas Receitas Tributárias (+8,8%), por conta das elevações na arrecadação do ICMS (+10,7%), IPVA (+28,9%), ITCD (32,2%) e Taxas (16%).

Quanto ao ICMS, principal receita do Estado, Alguns setores econômicos destacaram-se sobremaneira, a saber: Petróleo, Combustíveis e Gás Natural (+38,8%); Comunicação e Informação (+25,7%); Bebidas (+20,7%), e Metalurgia e Siderurgia (+10,8%).

As Receitas de Capital permanecem em patamares inferiores ao observado no ano passado. No segundo bimestre do ano o desempenho encontra-se reduzido em 33,1% e, no acumulado, em 43,8%. O resultado deve ser analisado com parcimônia, pois a rubrica de Alienação de Bens apresenta comportamento refreado este ano (-97,8%). Isto porque a base de comparação de 2011 foi fortemente influenciada pela venda do BERJ, ocorrida naquele ano. Entretanto, os recursos de Operações de Crédito liberadas até abril deste ano (+912,3%) contribuíram para amenizar tal situação.

O Resultado Orçamentário, do segundo bimestre de 2012, apresentou forte queda em relação ao mesmo período do ano passado, tendo atingido R\$ 772,39 milhões negativos (-804%). Para isso contribuiu o crescimento ainda modesto das receitas do Estado.

O Resultado Primário totalizou R\$ 787,56 milhões, implicando queda no acumulado de 61,1%, fortemente influenciado pelo déficit do Rioprevidência no período (-R\$ 2.049,59 bilhões).

No início de 2012, as despesas do ERJ foram fixadas em R\$ 64,03 bilhões pela Lei Orçamentária Anual, revelando um crescimento de 13,91% se comparado ao exercício de 2011. Neste segundo bimestre a dotação chegou a R\$ 66,60 bilhões, motivado pelos créditos adicionais de R\$ 2,58 bilhões, dos quais R\$ 1,87 bi suplementaram os recursos do Tesouro e R\$ 693,7 milhões as Outras Fontes.

Os créditos suplementares nas fontes do Tesouro foram aplicados em programas estratégicos de governo, tais como Pró-vias, Obras do Maracanã, Arco Metropolitano, Delegacia Legal, Pró-Cidades e Assistência Social. Em relação às Outras Fontes, os recursos foram distribuídos em programas relacionados à recuperação da Região Serrana, a contenção de encosta em Angra dos Reis e construção de unidades habitacionais.

Em relação aos R\$ 18,10 bilhões já liquidados, 24,71% pertence ao pagamento de Pessoal que apresentou um incremento no seu orçamento de R\$ 570,1 milhões em relação a 2011, motivado pelo crescimento na função Segurança resultado do reajuste salarial nesta categoria e pela gratificação do Programa Nova Escola pagos aos servidores da educação.

As Outras Despesas Correntes correspondem a 63,09% do total liquidado, apresentando um crescimento de 9,3% em relação a 2011, esta elevação é justificada pelo Programa Renda Melhor e pelo pagamento de aluguel social representados na SEADH e por obras de conservação de estradas realizados pelo DER.



Os recursos aplicados em investimentos e inversões financeiras até abril foram R\$642,28 milhões, este montante financiou ampliação e construção em unidades do TJ; Programa Somando Forças, Arco Metropolitano na SEOBRAS, obras de construção e manutenção no DER entre outros.

As despesas vinculadas ao limite constitucional apresentaram percentuais semelhantes aos apurados no mesmo bimestre do ano passado. Os cálculos dos índices parciais demonstram a evolução dos gastos, que serão cumpridos ao fim do exercício, conforme estabelecido pela Lei.

O índice da Educação apresentou pequena elevação em relação ao ano passado, consequência de uma política de valorização do pessoal estatutário no final do ano passado por meio de concessão de benefícios e contratação de novos professores. Na Saúde o índice percentual permaneceu igual, mesmo com uma execução R\$ 7,88 milhões maior, em virtude na nova metodologia de cálculo em cumprimento à Lei 141 que regulamenta os gastos em Saúde. A FAPERJ apresentou um ritmo de execução mais lento, alcançando 1,4% de aplicação, resultado da diminuição de bolsas concedidas. O FECAM também teve o percentual reduzido, mas a execução permaneceu no mesmo patamar, isto é, a redução no índice ocorreu em virtude no alto crescimento da receita base. Já o FEHIS foi o índice que apresentou maior variação, passando de 2,41% em 2011 para 3,21% este ano, um acréscimo de R\$ 11,44 milhões no investimento em habitação.

Por fim, o Box deste segundo bimestre destaca o Departamento de Estradas de Rodagem – DER, como o principal gestor da manutenção e conservação das rodovias que cobrem o ERJ. Para cumprir suas atividades neste ano este órgão conta com um orçamento de R\$ 688,15 milhões, dos quais até o momento liquidou 39,98%.

Os recursos aplicados no DER ao longo destes últimos cinco anos, conta com o financiamento do recurso do tesouro, que vem crescendo a sua participação, com destaque para o exercício de 2010, cujo montante equivaleu a R\$ 1,05 milhões. Além disto, foi ressaltado o grupo investimentos, que representa em média 84% de todos os gastos do órgão. O principal projeto das despesas com este grupo é referente à *Implantação, Restauração, Melhoria Rodoviária, Rodovias Vicinais e Obras de Arte*, que corresponde em média 74% dos gastos.

## EXECUTIVE SUMMARY

The State of Rio de Janeiro presented in the second quarter of 2012 an increase of 2.7% (+ R\$ 487 million) in its total revenues. This performance, although much higher than occurred in the first two months of the year, still below the targets of revenue (-1.9%).

The Current Revenue reached plateau slightly higher (1.1%) to that observed in the 2nd quarter of 2011, driven mainly by Tax Revenues (+8.8%), due to the increases in the collection of VAT (+10.7%), property taxes (+28.9%), ITCD (32.2%) and rates (16%).

As for GST, the main state revenue, some economic sectors stood out greatly, as follows: Petroleum and Natural Gas Fuels (+38.8%), Communication and Information (+25.7%), beverages (+20.7%), and Metallurgy and Steel Industry (+10.8%).

The Capital Receipts remain at levels below that observed last year. In the second quarter of the year performance is reduced by 33.1% and accumulated in 43.8%. The result should be analyzed with care, because the heading Disposal of assets restrained behavior presents this year (-97.8%). This is because the comparison base of 2011 was strongly influenced by the sale of Berj, held that year. However, the resources of Loans released until April of this year (+912.3%) contributed to alleviate the situation.

The Outcome Budget, the second quarter of 2012, showed a strong decrease over the same period last year, reaching R\$ 772.39 million negative (-804%). Contributed to this growth still modest state revenues.

The Primary Results totaled R\$ 787.56 million, resulting in cumulative fall of 61.1%, strongly influenced by the deficit in the period RIOPREVIDÊNCIA (-R\$ 2,049.59 billion).

In early 2012 the costs of the ERJ were fixed at R\$ 64.03 billion for the Annual Budget Law, showing a growth of 13.91% compared to fiscal 2011. In the second quarter, the budget reached R\$ 66.60 billion, driven by the supplement of R\$ 2.58 billion, of which R\$ 1.87 supplemented the resources of the treasury and R\$ 693,7 the Other Sources.

The additional funds in the treasury sources were applied in strategic government programs such as Pro-Vias, Obras do Maracana, Arco Metropolitano, Delegacia Legal, Pró-Cidades and Welfare. In relation to other sources, the funds were distributed in programs related to the recovery in the mountainous region, the slope containment in Angra dos Reis and construction of housing units.

About to R\$ 18.10 billion already expended, 24.71% belongs to the payment of staff that showed an increase in its budget of R\$ 570.1 million for 2011, driven by increased security function result of wage increases this category and the gratification of the New School Program paid to education officials.

The Other Current Expenditure account for 63.09% of the total paid, an increase of 9.3% compared to 2011. This increase is justified by Best Income Program and the payment of social rent by SEADH and work and conservation carried out by DER roads.

The investments and financial investments were R\$ 642.28 until April. The amount financed construction and expansion in units of TJ; Adding Forces Program, the Metropolitan Ring by SEOBRAS, construction and maintenance of the DER and others.

The costs linked to the constitutional limit had percentages similar to those determined in the same quarter last year. The calculations of partial indexes show the evolution of spending, which will be completed end of year, as required by law.

The index of Education showed a small increase compared to 2011, following a policy of valuing the staff in the end of last year through the granting of benefits and hiring new teachers. At the Health index percentage remained the same even with a running R\$ 7.88 million higher, due to the new calculation methodology in compliance with Law 141 that regulates spending in Health. FAPERJ showed a slower pace of implementation, reaching 1.4% of application, the result of the reduction of scholarships. The FECAM also had a small percentage, but the performance remained the same level, the reduction in index occurred due to the high revenue growth basis. About FEHIS, was the index that showed the greatest variation, from 2.41% in 2011 to 3.21% this year, an increase of \$ 11.44 million investment in housing.

Finally, the Box of this second quarter highlights the Department of Highways, manager of maintenance and upkeep of roads covering the ERJ. To fulfill its activities this year, this department has a budget of R\$ 688,15 of which so far settled 39.98%.

The funds invested in DER over the last five years, has funding resource treasure that is growing its share, especially in the year 2010, an amount equivalent to R\$ 1.05 million. Moreover, was emphasized the investments, which represents on average 84% of all expenditures of the agency. The main project of the costs of this group is related to Deployment, Restoration, Road Improvement, Vicinal Roads and Works of Art, which represents on average 74% of expenditures.

## I. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro

As receitas e metas bimestrais<sup>1</sup> de arrecadação para 2012 foram divulgadas pela Resolução SEFAZ nº 477/2012, publicada no mês de Janeiro.

No segundo bimestre de 2012, a **Receita Total** realizada não superou a meta, alcançando 98,3% do total estipulado para o período. O resultado das Receitas Correntes ficou um pouco acima da meta, fechando em 101,1% do total estipulado para o bimestre, enquanto as Receitas de Capital ficaram bem abaixo do esperado, tendo alcançado somente 52,9% do total estipulado para o período.

Entre as Receitas Correntes, as que mais se destacaram foram as Receitas Tributárias e as Receitas Patrimoniais. A primeira superou a meta, alcançando 101,9% do total estipulado para o bimestre (R\$ 110,56 milhões acima do esperado). Dentro desta rubrica, as receitas que tiveram aumento, em relação a 2011, foram as provenientes de ICMS e de ITD e ITBI, que cresceram 10,7% e 32,2% respectivamente em relação ao mesmo bimestre do ano anterior.

Quanto às Receitas Patrimoniais, estas também atingiram a meta bimestral e ainda apresentaram uma folga de 6,5% do total esperado. Isso se deve ao desempenho das receitas de *Royalties* e *Participação Especial*.

Já as Outras Receitas Correntes tiveram um desempenho um pouco abaixo da previsão inicial: com um realizado de R\$ 584,84 milhões no bimestre, atingiram 97,2% da meta.

A Receita de Transferências Correntes alcançou 96,6% da meta no bimestre. Essa pequena frustração da meta bimestral se deve, sobretudo, ao fato de que as Transferências do CIDE e do SUS foram menores que o esperado.

Por sua vez, as Receitas de Capital atingiram apenas 52,9% da meta estipulada, ficando abaixo desta em R\$

**Tabela 1**
**METAS DE ARRECADAÇÃO DA RECEITA 2012**

(art 13º da LRF)

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (MAR-ABR) 2012	RECEITA REALIZADA (MAR-ABR) 2012	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	META DE RECEITA (JAN-ABR) 2012	RECEITA REALIZADA (JAN-ABR) 2012	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
<b>REC. CORRENTES</b>	<b>8.367,75</b>	<b>8.462,65</b>	<b>101,1%</b>	<b>18.432,79</b>	<b>18.081,87</b>	<b>98,1%</b>
TRIBUT.	5.890,72	6.001,28	101,9%	12.222,68	11.856,12	97,0%
CONTRIB.	205,62	207,14	100,7%	391,00	394,29	100,8%
PATRIM.	693,58	739,01	106,5%	2.631,20	2.745,82	104,4%
AGROPEC.	0,01	0,03	182,0%	0,03	0,05	166,7%
INDUST.	0,03	0,03	139,7%	0,05	0,10	200,1%
SERV.	57,46	43,16	75,1%	104,17	71,08	68,2%
TRANSF. CORR.	918,59	887,15	96,6%	1.971,87	1.828,27	92,7%
OUTRAS	601,74	584,84	97,2%	1.111,80	1.186,14	106,7%
<b>REC. CAPITAL</b>	<b>517,85</b>	<b>273,86</b>	<b>52,9%</b>	<b>1.084,42</b>	<b>391,42</b>	<b>36,1%</b>
OPER. CRÉDITO	292,18	106,78	36,5%	584,35	179,01	30,6%
ALIEN. BENS	14,56	1,36	9,3%	29,11	5,50	18,9%
AMORT. EMPRÉST.	43,22	25,71	59,5%	83,93	61,91	73,8%
TRANSF. CAP.	161,35	107,56	66,7%	387,02	145,00	37,5%
OUTRAS	6,55	32,45	395,6%	14,78	34,12	230,8%
<b>Total</b>	<b>8.885,59</b>	<b>8.736,51</b>	<b>98,3%</b>	<b>19.517,21</b>	<b>18.473,29</b>	<b>94,7%</b>

<sup>1</sup> As metas bimestrais aqui divulgadas excluem as receitas intraorçamentárias.

243,99 milhões. Isso se deve ao resultado das Operações de Crédito, que não atingiram a meta estabelecida, e das Transferências de Capital, que também ficaram aquém do esperado (-R\$ 53,78 milhões). A Receita de Operações de Crédito alcançou apenas 36,5% do total estimado para o bimestre, ficando abaixo da meta em R\$ 185,39 milhões. Este resultado deve-se ao atraso na contratação de algumas Operações de Crédito de maior valor. Assim, houve uma frustração da meta estabelecida para o bimestre nas Receitas de Capital, cujo desempenho é explicado na seção III.2.

Para este segundo bimestre de 2012 o pagamento de despesas do ERJ foi estimado em R\$ 17,05 bilhões, conforme o Cronograma de Desembolso Financeiro Anexo à Resolução SEFAZ nº 478, de 27 de Janeiro de 2012. Diferentemente da arrecadação cuja meta não foi alcançada, a despesa paga ultrapassou 5,9% do que fora estabelecido.

Neste período as despesas realizadas somadas ao resto a pagar do exercício de 2011, totalizaram R\$ 18,06 bilhões, representando uma diferença acima da meta de R\$ 1,01 bilhão.

Excetuando-se a despesa com pessoal e encargos sociais, cujo comportamento é quase linear no início do exercício, as demais rubricas superaram a meta estabelecida. Merece destaque o expressivo montante de recursos pagos em investimentos e inversões, R\$1,02 bilhão que, além do pagamento de despesas inscritas em RP, R\$580 milhões, inclui pagamento de despesas de exercício anteriores no valor de R\$174,05 milhões. Em Outras Despesas Correntes os pagamentos com Aposentadorias e Reformas, Contribuições, Distribuição Constitucional de Receitas e Indenizações e Restituições juntos somam R\$ 8,26 bilhões, ou seja, 73% das despesas pagas neste bimestre. O Serviço da Dívida, com pequena variação superior a meta estabelecida segue parâmetros contratuais e receita realizada no período do pagamento.

**Tabela 2**  
**CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - METAS DE EXECUÇÃO (art.8º / LRF)\***  
**ESTADO DO RIO DE JAN-ABR 2012**

Em R\$ milhões

GRUPO DE DESPESA	METAS DE EXEC. 2012**	DESP. ORÇAM. REALIZADA JAN-ABR***	RP 2011 PAGO***	DESP. TOTAL REALIZ. JAN-ABR 2012	% REALIZ.
PESSOAL E ENC. SOCIAIS	4.602	3.937	180	4.118	89,5%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.481	10.463	896	11.360	108,4%
INVEST/INVERSÕES	467	444	580	1.024	219,3%
JUROS E ENC. DA DÍVIDA / AMORTIZ.	1.503	1.564		1.564	104,1%
<b>TOTAL</b>	<b>17.052</b>	<b>16.408</b>	<b>1.656</b>	<b>18.065</b>	<b>105,9%</b>

\*Exclui CEDAE, Imprensa Oficial, despesas intra-orçamentárias/ Considerada a despesa paga

\*\*Fonte: Resolução SEFAZ nº 375

\*\*\*Fonte: SIG em 16/05/2011

Considerado apenas o pagamento de RP inscrito em 2010.

## II. Resultados Fiscais<sup>2</sup>

### II.1 Resultado Orçamentário Total

O Resultado Orçamentário total do segundo bimestre de 2012 foi de - R\$ 772,39 milhões. Como se pode verificar na tabela 3, houve uma queda de 804,6% em relação ao mesmo período do ano passado. O quadrimestre de janeiro a abril de 2012 acumula um déficit orçamentário de R\$ 328,60 milhões, queda de 130,3% comparativamente a 2011.

– **Receita Total:** os resultados fiscais negativos apresentados estão relacionados ao mau desempenho da Receita Total, que cresceu apenas 2,7% em relação ao 1º quadrimestre de 2011. A Receita Tributária, rubrica mais importante entre as receitas, apresentou uma modesta expansão neste período, de 5,3%. As Receitas Patrimoniais e de Transferências recuaram 2,2% e 2,1%, respectivamente. Destaque-se também a queda nas Receitas de Capital de R\$ 305,26 milhões no período, acarretando perda percentual de 43,8%. No comparativo bimestral a Receita Total permaneceu praticamente inalterada. A principal explicação para isso está na queda de R\$ 493,72 milhões da Receita Patrimonial neste bimestre, por consequência de, em 2011, ter havido uma antecipação do fluxo dos CFTs em montante mais elevado, conforme destacado no Boletim do 2º bimestre de 2011. Ressalte-se que no bimestre também houve queda na Receita de Capital de 33,1%.

– **Despesa Total:** Apresentou crescimento de 10,2% (+R\$ 655,78 milhões) e 11,2% (+R\$ 1.594,31) no bimestre e no acumulado, respectivamente. O fator que mais influenciou este aumento foi o comportamento da Despesa Corrente no item Pessoal e Encargos Sociais, que aumentou 14,9% no bimestre e 14,1% no acumulado, efeito das políticas de concessão de reajustes salariais para diversas categorias, conforme já mencionado nas

Tabela 3

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (COM O RIOPREVIDÊNCIA)  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2011/2012

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR-ABR)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-ABR)		var %
	2011	2012		2011	2012	
I. RECEITA TOTAL (A)	8.736,19	8.736,51	0,0%	18.020,82	18.507,41	2,7%
I.1 RECEITA CORRENTE	8.051,89	8.143,32	1,1%	16.749,68	17.367,79	3,7%
I.1.1 Tributária	5.513,88	6.001,28	8,8%	11.264,59	11.856,12	5,3%
I.1.2 Patrimonial	1.232,73	739,01	-40,1%	2.806,56	2.745,82	-2,2%
I.1.3 Transferências	885,41	887,15	0,2%	1.867,30	1.828,27	-2,1%
I.1.4 Demais Correntes	419,87	515,88	22,9%	811,23	937,58	15,6%
I.2 RECEITA DE CAPITAL	360,66	241,45	-33,1%	696,72	391,45	-43,8%
I.3 RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	323,64	351,74	8,7%	574,42	748,16	30,2%
II. DESPESA TOTAL (B)	8.626,57	9.508,90	10,2%	16.934,72	18.836,01	11,2%
II.1 DESPESA CORRENTE	7.505,59	8.294,69	10,9%	15.191,84	16.745,75	10,2%
II.1.1 Pessoal e Enc. Sociais	3.564,39	4.094,95	14,9%	6.994,14	7.980,12	14,1%
II.1.2 Demais Correntes	3.505,72	3.757,02	7,2%	7.362,35	7.916,29	7,5%
II.1.2.1 Juros e Enc. Dívida	436,48	442,71	1,7%	835,35	849,33	1,7%
II.2 DESPESA DE CAPITAL	771,04	780,06	1,2%	1.124,56	1.357,83	20,7%
II.2.1 Invest.	468,06	307,71	-34,3%	579,79	565,42	-2,5%
II.2.1.1 Obras e Instalações	298,29	173,85	-41,7%	349,42	246,01	-29,6%
II.2.1.2 Indenizações e Restituição	6,80	5,13	-24,5%	6,87	5,27	-23,3%
II.2.1.3 Demais Investimentos	162,97	128,73	-21,0%	223,50	314,14	40,6%
II.2.2 Inv. Financ.	0,64	71,38	11.013,0%	1,76	77,74	4.318,6%
II.2.3 Amort. Dívida	302,35	400,97	32,6%	543,02	714,67	31,6%
II.3 DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA	348,94	434,15	24,1%	618,32	732,43	18,5%
RES. ORÇAM. (A-B)	109,62	-772,39	-804,6%	1.086,10	-328,60	-130,3%

**O Resultado Orçamentário no 1º quadrimestre fica negativo (- R\$ 328,60 milhões), refletindo o mau desempenho da Receita Total, que cresceu apenas 2,7% no período.**

<sup>2</sup> O Resultado Fiscal leva em conta as despesas apuradas até o final do prazo limite para a liquidação do orçamento de alguns itens, que ocorrem em janeiro do exercício subsequente, conforme definido no Decreto nº42/2010.



edições anteriores deste Boletim. As Demais Despesas Correntes também tiveram expressivo aumento no bimestre (+7,2%) e no acumulado (+7,5%).

As Despesas de Capital, que haviam apresentado uma forte alta no primeiro bimestre de 2012, tiveram um arrefecimento no 2º bimestre. Dessa forma, esta despesa permaneceu praticamente inalterada no comparativo bimestral (+1,2%), apresentando expressiva alta no acumulado do 1º quadrimestre (+20,7%). Destaque também para o aumento dos valores de amortização da dívida que atingiu o montante de R\$ 400,97 milhões no bimestre (+32,6%) e R\$ 714,67 milhões no ano (+31,6%).

**Houve aumento dos valores de amortização da dívida atingindo o montante de R\$ 400,97 milhões no bimestre (+32,6%) e R\$ 714,67 milhões no ano (+31,6%).**

## II.2 Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA

Desconsiderando receitas e despesas do RIOPREVIDÊNCIA, o Resultado Orçamentário do primeiro quadrimestre de 2011 atingiu o montante de +R\$ 977,52 milhões, queda de 45,5% em relação ao ano passado. Já no bimestre o resultado foi de -R\$ 121,74 milhões, queda de 152,8% frente ao mesmo bimestre de 2011.

A exclusão dos saldos do fundo de previdência do resultado orçamentário do Estado tem o intuito de expurgar o efeito do problema de fluxo de caixa que o fundo possui no início do ano. Isto ocorre porque a parte mais significativa de suas receitas – oriundas dos royalties do petróleo – não é repassada integralmente ao fundo no início do ano, visto que, por conta da legislação, é usada para pagamento de indenização à União. O RIOPREVIDÊNCIA apresentou déficit orçamentário no quadrimestre de - R\$1.306,12 milhões, 84,8% maior que o déficit registrado no mesmo período em 2011. Esta piora no resultado do fundo reflete um aumento de suas despesas associado à queda nas receitas, tanto no bimestre quanto no quadrimestre. Houve aumento salarial de determinadas categorias que possuem grande contingente de servidores aposentados com paridade salarial em relação aos servidores ativos. Por outro lado, a

**Tabela 4**

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO - SEM RIOPREVIDÊNCIA  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2011/2012

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR-ABR)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-ABR)		var %
	2011	2012		2011	2012	
	R\$ milhões					
<b>I. RECEITA TOTAL S/ RIOPREV. (A)</b>	<b>7.357,41</b>	<b>7.714,46</b>	<b>4,9%</b>	<b>15.749,64</b>	<b>16.509,38</b>	<b>4,8%</b>
I.1 RECEITA CORRENTE	7.089,53	7.432,22	4,8%	15.277,18	16.085,37	5,3%
I.1.1 Tributária	5.513,88	6.001,28	8,8%	11.264,59	11.856,12	5,3%
I.1.2 Patrimonial	432,25	232,97	-46,1%	1.667,61	1.854,03	11,2%
I.1.3 Transferências	885,41	887,15	0,2%	1.867,30	1.828,27	-2,1%
I.1.4 Demais Correntes	258,00	310,82	20,5%	477,68	546,94	14,5%
I.2 RECEITA DE CAPITAL	199,26	216,42	8,6%	391,70	326,09	-16,8%
I.3 RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	68,62	65,82	-4,1%	80,76	97,93	21,3%
<b>II. DESPESA TOTAL S/ RIOPREV. (B)</b>	<b>7.126,85</b>	<b>7.836,20</b>	<b>10,0%</b>	<b>13.956,90</b>	<b>15.531,87</b>	<b>11,3%</b>
II.1 DESPESA CORRENTE	6.006,57	6.622,68	10,3%	12.215,34	13.442,90	10,0%
II.1.1 Pessoal e Enc. Sociais	2.108,09	2.433,08	15,4%	4.104,85	4.689,11	14,2%
II.1.2 Demais Correntes	3.463,00	3.746,88	8,2%	7.275,14	7.904,45	8,7%
II.1.2.1 Juros e Enc. Dívida	435,48	442,71	1,7%	835,35	849,33	1,7%
II.1.2.2 Demais Investimentos	770,99	780,03	1,2%	1.124,50	1.357,80	20,7%
II.1.2.3 Demais Investimentos	468,00	307,68	-34,3%	579,73	565,39	-2,5%
II.2.1.1 Obras e Instalações	298,29	173,85	-41,7%	349,42	246,01	-29,6%
II.2.1.2 Indenizações e Restituição	6,80	5,13	-24,53%	6,87	5,27	-23,3%
II.2.1.3 Demais Investimentos	162,92	128,70	-21,0%	223,44	314,11	40,6%
II.2.2 Inv. Financ.	0,64	71,38	11.013,0%	1,76	77,74	4.318,6%
II.2.3 Amort. Dívida	302,35	400,97	32,6%	543,02	714,67	31,6%
II.3 DESPESA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	349,29	433,49	24,1%	617,05	731,17	18,5%
<b>RES. ORÇAMENTÁRIO S/ RIOPREV. (A-B)</b>	<b>230,56</b>	<b>-121,74</b>	<b>-152,8%</b>	<b>1.792,74</b>	<b>977,52</b>	<b>-45,5%</b>
RECEITA DO RIOPREVIDÊNCIA (C)	1.378,78	1.022,06	-25,9%	2.271,18	1.998,02	-12,0%
DESPESA DO RIOPREVIDÊNCIA (D)	1.499,72	1.672,70	11,5%	2.977,83	3.304,14	11,0%
<b>RES. ORÇAM. RIO PREVIDÊNCIA (C-D)</b>	<b>-120,94</b>	<b>-650,64</b>	<b>-438,0%</b>	<b>-706,64</b>	<b>-1.306,12</b>	<b>-84,8%</b>
<b>RES. ORÇAM. C/ RIOPREV. (A-B) + (C-D)</b>	<b>109,62</b>	<b>-772,39</b>	<b>-804,6%</b>	<b>1.086,10</b>	<b>-328,60</b>	<b>-130,3%</b>

**No quadrimestre, foi apurado superávit primário de R\$ 787,56 milhões.**

queda das receitas é explicada pela diminuição nos recebimentos de Certificados Financeiros do Tesouro, já mencionados no item anterior.

### II.3 Resultado Primário<sup>3</sup>

O Resultado Primário do Estado do Rio de Janeiro no 2º bimestre foi de -R\$ 64,89 milhões, queda de 110,4% frente ao apurado em 2011. No quadrimestre, foi apurado superávit primário de R\$ 787,56 milhões, uma queda de 61,1% em relação ao ano passado. Tanto na análise bimestral quanto na quadrimestral, verifica-se uma estagnação da receita (reflexo do fraco desempenho das receitas tributárias), enquanto as despesas mantêm um expressivo crescimento.

Quando se exclui as contas do RIOPREVIDÊNCIA da apuração deste resultado, verifica-se que houve um superávit primário de R\$ 907,45 milhões, menor em 22,2% do que o apurado no mesmo bimestre do ano anterior. No acumulado do ano, o Resultado Primário foi de +R\$ 2.837,16 milhões. Por outro lado, o Resultado Primário do RIOPREVIDÊNCIA piorou substancialmente em 2012, atingindo no bimestre e quadrimestre os valores de -R\$ 972,34 milhões e -R\$ 2.049,59 milhões, respectivamente.

Observa-se que os resultados apresentados nas tabelas 5 e 6 excluem as receitas e despesas intraorçamentárias. Isto é decorrência das disposições da LRF, que estabelece que o Resultado Primário deve ser calculado desconsiderando-se os valores dessas rubricas.

Finalmente, na Tabela 7, é apresentado o Resultado Primário sem o RIOPREVIDÊNCIA, incluindo também as receitas e despesas intraorçamentárias. Por esta metodologia o Resultado Primário seria de +R\$ 2.203,91 milhões.

Tabela 5

RESULTADO PRIMÁRIO - COM RIOPREVIDÊNCIA - SEM RECEITAS E DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2011 / 2012

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR-ABR)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-ABR)		var %
	2011	2012		2011	2012	
	R\$ milhões					
RECEITAS TOTAL	8.736,19	8.736,51	0,0%	18.020,82	18.507,41	2,7%
RECEITAS FINANCEIRAS	249,07	219,39	-11,9%	486,43	433,91	-10,8%
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	323,64	351,74	8,7%	574,42	748,16	30,2%
RECETA PRIMÁRIA TOTAL (A)	8.163,48	8.165,38	0,0%	16.959,97	17.325,34	2,2%
DESPESAS TOTAL	8.626,57	9.508,90	10,2%	16.934,72	18.836,01	11,2%
DESPESAS FINANCEIRAS	738,33	844,48	14,4%	1.378,88	1.565,80	13,6%
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	349,94	434,15	24,1%	618,32	732,43	18,5%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (B)	7.538,31	8.230,27	9,2%	14.937,52	16.537,77	10,7%
RESULTADO PRIMÁRIO (A-B)	625,17	-64,89	-110,4%	2.022,45	787,56	-61,1%

Tabela 6

RESULTADO PRIMÁRIO - SEM RIOPREVIDÊNCIA - SEM RECEITAS E DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2011/2012

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR-ABR)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-ABR)		var %
	2011	2012		2011	2012	
	R\$ milhões					
RECEITAS TOTAL	7.357,41	7.714,46	4,9%	15.749,64	16.509,38	4,8%
RECEITAS FINANCEIRAS	83,41	182,96	119,3%	167,85	339,40	102,2%
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	68,62	65,82	-4,1%	80,76	97,93	21,3%
RECETA PRIMÁRIA TOTALS/ RIOPREV. (A)	7.205,38	7.465,68	3,6%	15.501,03	16.072,05	3,7%
DESPESAS TOTAL	7.126,85	7.836,20	10,0%	13.956,90	15.531,87	11,3%
DESPESAS FINANCEIRAS	738,33	844,48	14,4%	1.378,88	1.565,80	13,6%
DESPESA INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	349,29	433,49	24,1%	617,05	731,17	18,5%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL S/ RIOPREV. (B)	6.039,24	6.558,23	8,6%	11.960,96	13.234,90	10,7%
RESULTADO PRIMÁRIO S/ RIOPREV. (A-B)	1.166,14	907,45	-22,2%	3.540,06	2.837,16	-19,9%
RESULTADO PRIMÁRIO DO RIOPREV.	-540,97	-972,34	-79,7%	-1.517,61	-2.049,59	-35,1%

Tabela 7

RESULTADO PRIMÁRIO - SEM RIOPREVIDÊNCIA - COM RECEITAS E DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2011/2012

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR-ABR)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-ABR)		var %
	2011	2012		2011	2012	
	R\$ milhões					
RECEITAS TOTAL	7.357,41	7.714,46	4,9%	15.749,64	16.509,38	4,8%
RECEITAS FINANCEIRAS	83,41	182,96	119,3%	167,85	339,40	102,2%
RECETA PRIMÁRIA TOTALS/ RIOPREV. (A)	7.274,00	7.531,50	3,5%	15.581,79	16.169,98	3,8%
DESPESAS TOTAL	7.126,85	7.836,20	10,0%	13.956,90	15.531,87	11,3%
DESPESAS FINANCEIRAS	738,33	844,48	14,4%	1.378,88	1.565,80	13,6%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL S/ RIOPREV. (B)	6.388,53	6.991,72	9,4%	12.578,01	13.966,06	11,0%
RESULTADO PRIMÁRIO S/ RIOPREV. (A-B)	885,47	539,78	-39,0%	3.003,77	2.203,91	-26,6%
RESULTADO PRIMÁRIO DO RIOPREV.	-286,60	-687,07	-139,7%	-1.025,22	-1.400,62	-36,6%

<sup>3</sup> O resultado primário aqui, diferente do que ocorre no governo federal, é apurado pelo valor liquidado, e não pelo empenhado.



### III. Receita Estadual <sup>4</sup>

As Receitas Estaduais totalizaram, no 2º bimestre de 2012, R\$ 8.736,51 milhões – permanecendo praticamente constante em relação ao arrecadado no mesmo período de 2011.

O resultado é reflexo do desempenho da Receita Corrente (+R\$ 91,43 milhões), com destaque para a Receita Tributária, que, sozinha, foi responsável pelo aumento de R\$ 487,40 milhões, absorvendo a queda das Receitas de Capital (-R\$ 119,21 milhões), das Receitas Patrimoniais (-R\$ 493,72 milhões) e Receitas de Serviços (-R\$ 10,08 milhões).

Também apresentaram crescimento significativo no bimestre as Receitas de Contribuições e Outras Receitas Correntes, como discriminado a seguir, na seção III.1.

#### III.1 Receitas Correntes

As Receitas Correntes apresentaram aumento de 1,1% (+R\$ 91,43 milhões) em relação ao mesmo bimestre do ano anterior, totalizando, assim, R\$ 8.143,32 milhões.

Como já mencionado, as Receitas Tributária, Outras Receitas Correntes e de Contribuições foram responsáveis por essa variação.

A Receita Tributária foi a grande responsável pelo aumento nas Receitas Correntes no bimestre. Aquela apresentou aumento de 8,8% (+R\$ 487,40 milhões), com destaque para os Impostos sobre a Produção e a Circulação, que cresceram R\$ 446,73 milhões no bimestre.

Outras Receitas Correntes cresceram 32,6% (+R\$ 65,25 milhões) em relação ao mesmo bimestre do ano anterior, alcançando R\$ 265,51 milhões. Fazem parte dessa rubrica

**Tabela 8**

DECOMPOSIÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2011 / 2012

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR-ABR)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-ABR)		var %
	2011	2012		2011	2012	
TRIBUTÁRIA	5.513,88	6.001,28	8,8%	11.264,59	11.856,12	5,3%
CONTRIBUIÇÕES	166,33	207,14	24,5%	330,41	394,29	19,3%
PATRIMONIAL	1.232,73	739,01	-40,1%	2.806,56	2.745,82	-2,2%
AGROPECUÁRIA	0,01	0,03	141,0%	0,03	0,05	106,7%
INDUSTRIAL	0,03	0,03	3,4%	0,08	0,10	21,5%
DE SERVIÇOS	53,24	43,16	-18,9%	94,95	71,08	-25,1%
TRANSF. CORR.	885,41	887,15	0,2%	1.867,30	1.828,27	-2,1%
OUTRAS CORR.	200,26	265,51	32,6%	385,77	472,05	22,4%
REC. CORR.	8.051,89	8.143,32	1,1%	16.749,68	17.367,79	3,7%
REC. CAPITAL	360,66	241,45	-33,1%	696,72	391,45	-43,8%
REC. INTRAORÇ.	323,64	351,74	8,7%	574,42	748,16	30,2%
<b>Total</b>	<b>8.736,19</b>	<b>8.736,51</b>	<b>0,0%</b>	<b>18.020,82</b>	<b>18.507,41</b>	<b>2,7%</b>

**No segundo bimestre de 2012, as Outras Receitas e as Receitas de Contribuições cresceram juntas R\$ 106,06 milhões.**

<sup>4</sup> Desta seção em diante, todas as tabelas levam em consideração as Receitas e Despesas do RIOPREVIDÊNCIA.

as Multas e Juros de Mora, Indenizações e Restituições, Dívida Ativa e Receitas Diversas. Suas variações estão discriminadas no item III.1.4 Demais Receitas Correntes.

### III.1.1 Receita Tributária

A receita oriunda de tributos arrecadada no segundo bimestre de 2012 teve crescimento de 8,8% (+R\$ 487,40 milhões) em comparação ao mesmo período de 2011. Estes resultados positivos correspondem, sobretudo, à arrecadação de ICMS e de IPVA, embora tenha havido queda na arrecadação do IRRF. Esses impostos também foram os responsáveis pelo comportamento da Receita Tributária no acumulado do ano (+5,3%).

– **Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS):** A receita de ICMS teve incremento de R\$ 424,98 milhões, o que representou um aumento percentual de 10,7% no bimestre.

Em uma análise mais detalhada sobre esse imposto, enquanto o ICMS, excluída a parcela repassada pela União através do regime do SIMPLES NACIONAL, apresentou aumento de 9,45% no bimestre (+R\$ 364,72 milhões), o ICMS vinculado ao SIMPLES cresceu 56,13% (+R\$ 60,26 milhões). Isso se deve a um atraso no repasse da União de parte da receita do SIMPLES NACIONAL, de competência de fevereiro com entrada em março, prejudicando a análise bimestral.

No acumulado, a receita do imposto apresentou um aumento de R\$ 519,63 (+6,5%), totalizando R\$ 8.552,97 milhões. O incremento de receitas decorrentes de importação relacionadas à indústria do petróleo e à indústria naval contribuíram para tal resultado, que será detalhado na seção III.1.1.1.

– **Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA):** No segundo bimestre de 2012, esta receita alcançou o total de R\$ 519,76 milhões, o que representa um aumento de 28,9% (+R\$ 116,64 milhões).

**Tabela 9**  
**RECEITA TRIBUTÁRIA**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2011 / 2012**

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR-ABR)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-ABR)		var %
	2011	2012		2011	2012	
<b>RECEITA TRIBUTÁRIA</b>	<b>5.513,88</b>	<b>6.001,28</b>	<b>8,8%</b>	<b>11.264,59</b>	<b>11.856,12</b>	<b>5,3%</b>
ICMS	3.965,81	4.390,79	10,7%	8.033,34	8.552,97	6,5%
Adicional do ICMS	418,70	440,45	5,2%	846,77	884,40	4,4%
IRRF	324,40	174,83	-46,1%	491,54	328,87	-33,1%
IPVA	403,13	519,76	28,9%	1.119,30	1.206,92	7,8%
ITD e ITBI	58,28	77,04	32,2%	109,01	149,21	36,9%
Taxas	343,57	398,40	16,0%	664,63	733,74	10,4%

No Boletim de Transparência Fiscal do primeiro bimestre de 2012, foi explicada a queda da receita do IPVA como decorrência da alteração no calendário de pagamentos deste imposto. Por esse motivo, ocorreu transferência do impacto da receita do primeiro para o segundo bimestre, o que pode ser percebido na análise no acumulado (+7,8%; +R\$ 87,62 milhões).

– **Imposto de Renda (IRRF):** Houve uma queda de 46,1% (-R\$ 149,57 milhões) no bimestre em comparação com o mesmo período do ano anterior, o que se refletiu também no acumulado (-33,1%, -R\$ 162,66 milhões) por conta de atraso na transferência do RIOPREVIDÊNCIA no exercício 2012. A tendência é regularizar este ingresso nos próximos meses.

– **Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e por Doação (ITD):** A receita de ITD no bimestre foi de R\$ 77,04 milhões, o que representa um aumento de R\$ 18,77 milhões (+32,2%) em relação ao mesmo período de 2011. O crescimento da arrecadação desse imposto é fruto do investimento em sistemas e funcionários, com o fim de aumentar a eficiência na arrecadação do ITD, e da supervalorização dos imóveis na cidade do Rio de Janeiro do último ano.

No acumulado, o crescimento foi de 36,9% (+R\$ 40,20 milhões), totalizando R\$ 149,21 milhões.

– **Taxas:** A Receita de Taxas cresceu no bimestre 16,0% em relação a 2011, o que equivale a um acréscimo de R\$ 54,84 milhões. No acumulado, esta receita cresceu 10,4%, representando um aumento de R\$ 69,11 milhões.

As taxas de prestação de serviços representam 77,65% do total arrecadado da Receita de Taxas, e contribuíram para o crescimento dessa receita no Estado, aumentando R\$ 47,71 milhões (+18,2%) no bimestre e R\$ 103,11 milhões (+22,7%) no acumulado.

Merece destaque, também, a taxa de serviço de trânsito, que apresentou crescimento de 27,9% no bimestre e de 32,6% no acumulado.

### Box 01 – Corrosão das Transferências da União a Estados e Municípios Relativos à Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico (CIDE)

O comportamento da arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) teve caráter decrescente, em termos reais, no período 2002-2009, desde a edição da Emenda Constitucional 42/03, que instituiu a partilha do tributo com estados e municípios. Em 2009, o montante recolhido, deflacionado pelo IGP/DI, representou apenas 38,7% do arrecadado em 2002. Ainda que tenha havido melhora no biênio 2010-2011, se comparado ao ano anterior, arrecadou-se, respectivamente, 58,8% e 62,4% na comparação com 2002.

#### Arrecadação da União da CIDE

Período	ARRECADADAÇÃO CIDE - R\$ milhões	IGP/DI médio	ARRECADADAÇÃO CIDE - R\$ milhões a preços de maio/2012	Evolução (2002 = 100)
2002	7.241	232,149	14.941	100%
2003	7.496	285,074	12.596	84,3%
2004	7.648	311,876	11.747	78,6%
2005	7.681	330,480	11.133	74,5%
2006	7.818	336,149	11.141	74,6%
2007	7.937	352,818	10.776	72,1%
2008	5.934	392,943	7.234	48,4%
2009	4.827	399,983	5.781	38,7%
2010	7.741	422,262	8.781	58,8%
2011	8.926	458,289	9.330	62,4%

Fonte: Receita Federal do Brasil e SEFA/PR

Desde a publicação da Emenda Constitucional 42, em 2003, as alterações legislativas ocorridas impactaram desfavoravelmente os repasses da CIDE aos estados e municípios. A primeira delas ocorreu em 2004 e provocou um deslocamento de tributação da CIDE para o PIS e a COFINS, embora a justificativa para tal medida tenha sido de que a redução nas alíquotas da CIDE foram apenas para adequá-las às alterações legislativas no PIS e na COFINS, que se tornaram contribuições não-cumulativas, não mais sendo passíveis de compensação na CIDE. Na ocasião, o valor da alíquota da referida contribuição sobre a gasolina foi reduzida de R\$ 860,00 (Decreto nº 4.565/03) para R\$ 280,00 (Decreto nº 5060/04), implicando queda de 67,4%.

Tais medidas geraram incrementos exorbitantes em alguns setores específicos da arrecadação da COFINS. No caso do setor de "fabricação de coque, refino de petróleo, combustíveis nucleares e álcool", o crescimento na arrecadação da COFINS em 2004 (janeiro a agosto) foi da ordem de 313,9% em relação ao mesmo período de 2003 – passaram de R\$ 850,20 milhões para R\$ 3,51 bilhões em 2004.

Em 2008, o Decreto nº 6.446/08 reduziu em 42% as alíquotas da CIDE incidentes sobre a importação e a comercialização de gasolina e diesel. Já em 2009, a queda foi motivada pela crise econômica e pela compensação de créditos do Imposto de Renda da Petrobrás no início do ano.

Posteriormente, em 2010, o Decreto 7.095/2010 reduziu as alíquotas específicas da CIDE incidentes sobre a importação e a comercialização de gasolina para R\$ 150,00 por m<sup>3</sup>, até 30 de abril de 2010, retornando para R\$ 230,00 por m<sup>3</sup> a partir dessa data.

Em setembro de 2011, por força do Decreto nº. 7.570, foram reduzidas as alíquotas da CIDE incidentes sobre a importação e a comercialização de petróleo e derivados, gás natural e derivados, e álcool etílico combustível. Este abatimento foi de 16,3%, passando de R\$ 230,00 para R\$ 192,60 por m<sup>3</sup>

de gasolina e suas correntes.

No entanto, em outubro de 2011, o Decreto mencionado anteriormente foi revogado pelo Decreto nº 7.591, que reduziu ainda mais as alíquotas. A tarifa de R\$ 192,60 por m<sup>3</sup> de gasolina e suas correntes e R\$ 70,00 por m<sup>3</sup> de diesel e suas correntes, passaram a ser de R\$ 91,00 e de R\$ 47,00, respectivamente. A medida acarretou queda de 52,75% para o m<sup>3</sup> de gasolina e de 32,85% para o m<sup>3</sup> do diesel. O Decreto teve efeito até 21/06/2012.

Segue tabela com a trajetória descendente das alíquotas da CIDE.

CIDE: Alíquotas Específicas - R\$ por m <sup>3</sup>										
Mês	Gasolina					Diesel				
	2008	2009	2010	2011	2012	2008	2009	2010	2011	2012
jan	280	180	230	230	91	70	30	70	70	47
fev	280	180	150	150	91	70	30	70	70	47
mar	280	180	150	150	91	70	30	70	70	47
abr	280	180	150	150	91	70	30	70	70	47
mai	180	213	230	230	91	30	57	70	70	47
jun	180	230	230	230	63,7	30	70	70	70	32,9
jul	180	230	230	230	-	30	70	70	70	-
ago	180	230	230	230	-	30	70	70	70	-
set	180	230	230	230	-	30	70	70	70	-
out	180	230	230	192,6	-	30	70	70	70	-
nov	180	230	230	91	-	30	70	70	47	-
dez	180	230	230	91	-	30	70	70	47	-

O quadro abaixo demonstra a corrosão das transferências da CIDE a Estados e Municípios a partir de 2005, ano em que a cota-parte já estava integralizada em 29,0%. Em 2009, o valor transferido a esse título correspondeu a apenas 44,8% do que foi distribuído em 2005. Houve um crescimento em 2010 e 2011. Neste último ano, o valor distribuído chegou a 85,7% do total transferido em 2005: ainda assim, a diferença, em valores absolutos é de R\$ 369,00 milhões.

Período	Transf. a Estados e Municípios - R\$ milhões	IGP/DI médio	Transf. a Estados e Municípios - R\$ milhões a preços de mai/2012	Evolução (2005 = 100)
2004	1.109	311,876	1.704	66,20%
2005	1.776	330,48	2.574	100,00%
2006	1.781	336,149	2.538	98,60%
2007	1.850	352,818	2.512	97,60%
2008	1.579	392,943	1.925	74,80%
2009	962	399,983	1.153	44,80%
2010	1.776	422,262	2.014	78,20%
2011	2.110	458,289	2.205	85,70%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: SEFAZ/PR

### III.1.1.1 Arrecadação de ICMS comparativo do Estado por Setor Econômico

Na distribuição setorial da arrecadação do ICMS, destacam-se positivamente os seguintes setores: Petróleo, combustíveis e gás natural, Comunicação e informação, Máquinas e equipamentos em geral e Médico-hospitalar e odontologia. A seguir, é apresentada uma análise dos setores econômicos mencionados acima.

#### – Petróleo, combustíveis e gás natural:

Este setor é o de grande destaque na arrecadação do Estado. Em relação ao mesmo bimestre do ano anterior, a arrecadação cresceu 38,8% (+R\$ 229,36 milhões). O refino de petróleo e as atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural são os impulsionadores desta alta, tendo grande expressividade.

#### – Comunicação e informação:

Em relação ao mesmo bimestre do ano anterior, a arrecadação cresceu 25,7% (+R\$ 15,47 milhões). As operadoras de TV a cabo têm uma grande expressividade no grupo, porém seu mercado vem perdendo espaço para a assinatura via satélite de TV. Esta teve um grande avanço nesse bimestre e foi a principal responsável pela alta do setor.

#### – Máquinas e equipamentos em geral:

A alta de 22,7% (+R\$ 8,93 milhões) é explicada pelo aumento das vendas das máquinas não destinadas às principais atividades econômicas. A arrecadação deste setor dilui-se em vários itens, porém as máquinas para o comércio atacadista tiveram destaque no bimestre, com o aumento de sua importação.

#### – Médico-hospitalar e odontologia:

Em relação ao mesmo bimestre do ano anterior, a arrecadação cresceu 21,2% (+R\$ 5,58 milhões). Mais da metade do grupo é representada pelo comércio atacadista

**Tabela 10**

**ARRECAÇÃO DE ICMS POR ATIVIDADE ECONÔMICA  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - BIMESTRAL E ACUMULADO 2011/2012**  
R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR-ABR)		part % 2012	var % 12/11
	2011	2012		
Alimentação	191,45	207,75	4,7%	8,5%
Bebidas	205,23	247,62	5,6%	20,7%
Borracha e plástico	28,42	33,78	0,8%	18,9%
Comunicação e informação	60,25	75,73	1,7%	25,7%
Construção civil	155,18	149,09	3,4%	-3,9%
Editorial, gráfica e publicidade	17,77	17,50	0,4%	-1,5%
Eletroeletrônicos	71,56	81,42	1,9%	13,8%
Energia elétrica	595,19	639,31	14,6%	7,4%
Informática e óptico	25,88	30,54	0,7%	18,0%
Madeira, papel e fumo	104,96	114,79	2,6%	9,4%
Máquinas e equipamentos em geral	39,46	48,40	1,1%	22,7%
Médico-hospitalar e odontologia	26,33	31,92	0,7%	21,2%
Mercados, lojas e magazines	235,35	250,20	5,7%	6,3%
Metalurgia e siderurgia	165,92	183,82	4,2%	10,8%
Móveis e utensílios	35,96	41,20	0,9%	14,6%
Perfumaria, cosméticos e higiene pessoal	109,32	110,12	2,5%	0,7%
Petróleo, combustíveis e gás natural	591,32	820,68	18,7%	38,8%
Produtos farmacêuticos e farmoquímicos	151,03	161,30	3,7%	6,8%
Química e petroquímica	116,73	130,09	3,0%	11,4%
Telecomunicações	618,45	566,84	12,9%	-8,3%
Têxtil e vestuário	127,21	145,26	3,3%	14,2%
Transportes gerais e armazenagem	77,38	80,75	1,8%	4,4%
Veículos automotores	165,31	166,05	3,8%	0,4%
Outras atividades econômicas	50,16	56,61	1,3%	12,8%
<b>Total das atividades econômicas</b>	<b>3.965,81</b>	<b>4.390,79</b>	<b>100,0%</b>	<b>10,7%</b>

Petróleo, combustíveis e gás natural  
Produtos farmacêuticos e farmoquímicos  
Química e petroquímica  
Telecomunicações  
Têxtil e vestuário  
Transportes gerais e armazenagem  
Veículos automotores  
Outras atividades econômicas  
**Total das atividades econômicas**



de instrumento e materiais médicos, cirúrgicos, hospitalares e de laboratórios.

### III.1.2 Receita Patrimonial e *Royalties*

A Receita Patrimonial arrecadada no segundo bimestre de 2012 atingiu o valor de R\$ 739,01 milhões, apresentando uma queda acentuada de 40,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. No acumulado do ano, estas receitas alcançaram R\$ 2.745,82 milhões, queda de 2,2% no comparativo anual.

Tais resultados são explicados pela queda nas receitas dos Certificados Financeiros do Tesouro (CFTs). Em 2011, houve antecipação no recebimento destes valores inflando a base de comparação. Por outro lado, verifica-se que as receitas patrimoniais ligadas ao petróleo vêm apresentando variações positivas tanto no bimestre quando no quadrimestre (+34,2% e +32,7%, respectivamente).

– **Petróleo:** As Receitas de Petróleo mantiveram a tendência de aumento apresentadas no 1º bimestre. Isso se deve à alta do preço do petróleo no mercado mundial, conforme Tabela 12, afetando diretamente o preço final do barril produzido, e, por consequência, os valores das compensações financeiras a que faz jus o Estado do Rio de Janeiro. Os baixos valores das Participações Especiais no bimestre em questão eram esperados, visto que estes pagamentos ocorrem apenas nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro. Nos demais meses, são pagos apenas valores residuais.

– **CFT:** Conforme já mencionado, estas receitas estão em queda em comparação ao ano passado, pois houve a antecipação do fluxo de recebimentos para o início de 2011. O fluxo de receita dos CFT foi programado para ser decrescente e encerrado em 2014. Entretanto, houve negociação para mudança deste fluxo, adiantando-se grande parte da receita para 2011 e a parte restante para

Tabela 11

RECEITA PATRIMONIAL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2011 / 2012

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR-ABR)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-ABR)		var %
	2011	2012		2011	2012	
<b>RECEITA PATRIMONIAL</b>	<b>1.232,73</b>	<b>739,01</b>	<b>-40,1%</b>	<b>2.806,56</b>	<b>2.745,82</b>	<b>-2,2%</b>
Petróleo	370,53	497,26	34,2%	1.702,37	2.258,52	32,7%
Royalties	367,79	495,38	34,7%	736,94	978,66	32,8%
Part. Especial	2,26	1,24	-45,3%	964,50	1.278,59	32,6%
FEP	0,48	0,64	34,8%	0,93	1,27	36,6%
CFT s	750,35	129,47	-82,7%	899,87	259,50	-71,2%
Aplic. Financeiras	85,48	85,54	0,1%	163,64	187,49	14,6%
Demais Rec. Patrimoniais	26,37	26,74	1,4%	40,68	40,31	-0,9%

*As receitas patrimoniais ligadas ao petróleo vêm apresentando variações positivas com aumento de 34,2% no bimestre e 32,7% quadrimestre, influenciadas pela forte alta do barril de petróleo no mercado mundial.*

Tabela 12

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN - FEV)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (MAR - FEV)		var %
	2011	2012		2011	2012	
Produção (milhões de bbl)	91,06	97,54	7,1%	588,94	565,65	-3,95%
Brent (US\$/bbl)	100,12	115,01	14,9%	83,70	113,75	35,90%
Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	1,67	1,75	4,9%	1,74	1,69	-2,79%

\*O pagamento dos royalties ocorre dois meses após a extração do petróleo. Sendo assim, para a análise das entradas de receita do 2º bimestre são apresentados os dados de produção do 1º bimestre.

2012. Portanto, a receita de 2011 tende a ser maior em todos os bimestres se comparada com o mesmo período de 2012. Sendo assim, foi realizado o valor de R\$ 129,47 milhões no bimestre (-82,7%) e R\$ 259,50 milhões no ano (-71,2%).

– **Aplicações Financeiras:** Não apresentaram variações consideráveis no 2º bimestre (+0,1%), porém, no quadrimestre, tiveram aumento mais acentuado (+14,6%) atingindo o valor de R\$ 187,49 milhões no ano.

### III.1.3 Receita de Transferências

O total arrecadado de Transferências apresentou aumento de 0,2% (R\$ 1,74 milhões) no 2º bimestre de 2012, comparativamente ao mesmo período de 2011.

O resultado positivo das receitas do FPE (+R\$ 17,70 milhões), do IPI Exportação (+R\$ 9,41 milhões), do Salário Educação (+R\$ 6,70 milhões) e das receitas provenientes de Convênios (+R\$ 6,89 milhões) foi neutralizado pelo baixo desempenho das receitas do SUS, FUNDEB, Outras Transferências Correntes e CIDE, que apresentaram queda respectiva de R\$ 13,82 milhões, R\$ 9,96 milhões, R\$ 9,21 milhões e R\$ 9,17 milhões.

No acumulado, a receita de Transferências apresentou queda de 2,1% (-R\$ 39,03 milhões) como efeito do resultado negativo no primeiro bimestre de 2012, principalmente das receitas de IPI-Exportação. Como descrito no primeiro boletim de 2012, a queda da arrecadação líquida do IPI da União, decorrente de um desconto expressivo a título de restituições em janeiro de 2012, impactou o valor repassado aos Estados.

A receita recebida a título de FUNDEB caiu 2,5% no bimestre (-R\$ 9,96 milhões) e 0,3% (-R\$ 2,32 milhões) no acumulado, em comparação ao mesmo período no ano de 2011.

Tabela 13

RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2011 / 2012

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR-ABR)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-ABR)		var %
	2011	2012		2011	2012	
<b>RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS</b>	<b>885,41</b>	<b>887,15</b>	<b>0,2%</b>	<b>1.867,30</b>	<b>1.828,27</b>	<b>-2,1%</b>
Transf da União	458,80	472,82	3,1%	993,61	968,00	-2,6%
FPE	136,31	154,01	13,0%	309,45	337,28	9,0%
IPI exp	114,55	123,97	8,2%	251,42	223,82	-11,0%
IOF	0,01	0,00	-43,8%	0,02	0,01	-52,6%
CIDE	24,23	15,06	-37,9%	48,56	37,78	-22,2%
SUS	99,51	85,69	-13,9%	211,83	175,71	-17,0%
Salário Educação	54,04	60,74	12,4%	126,49	143,97	13,8%
Lei Kandir	14,30	14,30	0,0%	28,59	28,59	0,0%
Outras Transf. da União	15,85	19,05	20,2%	17,26	20,84	20,7%
FUNDEB	406,50	396,54	-2,5%	829,52	827,20	-0,3%
Convênios	10,86	17,76	63,4%	33,97	32,98	-2,9%
Outras Transf. Corr.	9,24	0,03	-99,6%	10,20	0,10	-99,1%



Esse resultado é atribuído à redução do coeficiente de distribuição de receitas do Rio de Janeiro que passou de 0,3886 em 2011 para 0,3684 em 2012. Esse índice é divulgado anualmente pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e sua queda impacta diretamente no valor recebido dessa receita. .

A receita de Convênios apresentou acréscimo de 63,4% no segundo bimestre de 2012 (R\$ 6,89 milhões), em comparação ao mesmo bimestre do ano anterior, porém, resultado negativo no acumulado (-2,9%, -R\$ 0,99 milhões) ainda como reflexo da diminuição do aporte de recursos do PAC como explicado no primeiro boletim de 2012.

### **III.1.3.1. Transferências da União**

Em relação ao mesmo período de 2011, o acréscimo de receita originária desse grupo foi de 3,1% (+R\$ 14,02 milhões), ainda que o comportamento positivo não tenha se repetido na análise do acumulado (-2,6%, -R\$ 25,61 milhões). Os repasses de FPE, IPI-EXP e Salário Educação foram as principais transferências feitas pela União, representando 71,6% do total recebido a título de Transferências.

– **FPE**<sup>5</sup>: Com crescimento de 13,0% (+R\$ 17,70 milhões), essa receita alcançou R\$ 154,01 milhões de reais no segundo bimestre de 2012.

Tendo como suas fontes o IPI e o IR, seu crescimento bimestral foi resultado do aumento da arrecadação dos dois impostos.

Com maior peso nas receitas do FPE, o aumento do IR foi acarretado pelo crescimento do IRPF, IRPJ e IRRF-Rendimentos de Capital.

Quanto ao IPI, o crescimento teve menor expressão, uma vez que houve aumento do IPI vinculado à importação

***A transferência do FPE apresentou crescimento de 13,0% no bimestre e 9,0% no acumulado com o aumento da receita do Imposto de Renda, pela União.***

<sup>5</sup> Fonte: Análise da Arrecadação das Receitas Federais de abril de 2012. Receita Federal. <http://www.receita.fazenda.gov.br/Publico/arre/2012/Analisemensalabr12.pdf>.

(combinação de aumento de alíquota e aumento da taxa de câmbio) e do IPI-Bebidas (aumento de alíquota determinado pelo decreto 7.455/11), mas redução no IPI automóveis (queda das vendas no mercado interno e acréscimo de compensações), desoneração de produtos de linha branca (decreto 7.631/11) e diminuição na arrecadação em setores afetados pela queda da produção industrial, conforme a análise da arrecadação das receitas federais divulgada no site da Receita Federal. Tais desonerações são políticas da União para o aquecimento da economia, dado o cenário de conjuntura econômica desfavorável.

No acumulado, a receita de FPE teve aumento de 9,0% (+R\$ 27,83 milhões). Os motivos para tal aumento são os mesmos que os expostos acima, na análise bimestral. Cabe acrescentar apenas que, no caso do IPI, houve um alto volume de restituições no primeiro bimestre, o que reduziu o crescimento no acumulado, mas não o tornou negativo, pelo fato de o IR ter um peso maior no FPE que o IPI.

– **IPI-EXP**<sup>6</sup>: Apresentou, comparativamente ao ano anterior, um crescimento de 8,2% no bimestre (+R\$ 9,41 milhões), e um decréscimo de 11% (-R\$ 27,60 milhões) no acumulado, conforme detalhado acima, no que compete ao IPI.

– **SALÁRIO-EDUCAÇÃO**: Com arrecadação de R\$ 60,74 milhões no bimestre, esta receita teve crescimento de 12,4% (+R\$ 6,70 milhões) em relação ao mesmo período do ano passado.

O crescimento se confirma no acumulado (+13,8%; +R\$ 17,48 milhões), em função do aumento da arrecadação da contribuição social das empresas vinculadas ao Regime

---

<sup>6</sup> Fonte: Análise da Arrecadação das Receitas Federais de abril de 2012. Receita Federal.

<http://www.receita.fazenda.gov.br/Publico/arre/2012/Analisemensalabr12.pdf>.

Geral da Previdência Social, devida à União e repassada mensalmente a estados e municípios.

– **SUS:** As receitas de Transferências de Convênios para o SUS alcançaram o valor de R\$ 85,69 no bimestre, apresentando uma queda de 13,9% (-R\$ 13,82 milhões) em relação ao mesmo bimestre do ano anterior. Isso porque mais municípios foram habilitados para a Gestão Plena de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS). Assim, os municípios passaram a receber os recursos do SUS diretamente, sem o intermédio do Estado, o que provocou uma queda na receita estadual de Transferências do SUS.

– **CIDE:** A queda dessa contribuição alcançou 37,9% (-R\$ 9,17 milhões) no bimestre e 22,2% (-R\$ 10,78 milhões) no acumulado. Tal resultado decorre dos efeitos do Decreto Federal nº 7.591, de 31 de outubro de 2011, que reduziu a alíquota incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool etílico combustível. O Decreto gera efeitos desde 1º de novembro de 2011 e vigorará até 30 de junho de 2012.

*O Decreto nº 7.591 de 2011 reduziu as alíquotas da CIDE, diminuindo, assim, o valor a ser transferido aos estados. O impacto se estenderá até junho de 2012.*

### III.1.4 Demais Receitas Correntes

As Demais Receitas Correntes tiveram acréscimo de 22,9% (+R\$ 96,01 milhões) no 2º bimestre em relação a 2011. Esse aumento decorreu principalmente do crescimento das Receitas Diversas (+R\$ 44,16 milhões), das Receitas de Contribuições (+R\$ 40,82 milhões) e das Multas e Juros de Mora (+R\$ 16,72 milhões), que fizeram frente ao comportamento negativo das Receitas de Serviços (-R\$ 10,08 milhões).

– **Receitas Diversas:** Houve aumento de R\$ 44,16 milhões (+56,9%) em relação ao mesmo bimestre do ano passado, resultando numa arrecadação total de R\$ 121,74 milhões no bimestre e R\$ 233,52 milhões no acumulado. A variação deve-se, sobretudo, ao desempenho da rubrica Demais Receitas, impulsionada pelo aumento dos recursos recebidos do Banco do Brasil

Tabela 14

DEMAIS RECEITAS CORRENTES  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2011 / 2012

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR-ABR)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-ABR)		var %
	2011	2012		2011	2012	
<b>DEMAIS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>419,87</b>	<b>515,88</b>	<b>22,9%</b>	<b>811,23</b>	<b>937,58</b>	<b>15,6%</b>
Receita de Contribuições	166,33	207,14	24,5%	330,41	394,29	19,3%
Receita Agropecuária	0,01	0,03	141,0%	0,03	0,05	106,7%
Receita Industrial	0,03	0,03	3,4%	0,08	0,10	21,5%
Receita de Serviços	53,24	43,16	-18,9%	94,95	71,08	-25,1%
Multas e Juros de Mora	72,04	88,76	23,2%	131,44	137,11	4,3%
Indenizações e Restituições	20,48	23,14	13,0%	37,33	51,66	38,4%
Dívida Ativa	30,16	31,87	5,7%	61,00	49,76	-18,4%
Receitas Diversas	77,58	121,74	56,9%	156,00	233,52	49,7%

pela manutenção dos depósitos judiciais naquela instituição financeira (+R\$ 33,26 milhões), além do aumento da venda de bilhetes de Loteria no valor de R\$ 3,61 milhões.

– **Receita de Contribuições:** Em relação ao mesmo bimestre do ano anterior, houve aumento de R\$ 40,82 milhões (+24,5%) na Receita de Contribuições, o que resultou numa arrecadação total de R\$ 207,14 milhões no bimestre e R\$ 394,29 milhões no acumulado. A variação positiva desta receita foi ocasionada principalmente pelo comportamento da Contribuição de Servidor Ativo Militar, que cresceu R\$ 16,05 milhões (+85,9%) devido à antecipação de reajustes que seriam pagos até dezembro de 2012.

– **Indenizações e Restituições:** Apresentaram, no período, aumento de 13,0% (+R\$ 2,66 milhões) em relação ao 2º bimestre de 2011, atingindo o montante total de R\$ 23,14 milhões no bimestre e de R\$ 51,66 milhões no acumulado. Esse crescimento foi influenciado pela receita de Compensação Previdenciária e pelas devoluções de saldo de auxílio a pesquisas.

– **Receita de Serviços:** Comparativamente ao 2º bimestre de 2011, encontra-se registrado um decréscimo de R\$ 10,08 milhões (-18,9%) nas Receitas de Serviços, que atingiram R\$ 43,16 milhões no 2º bimestre de 2012. Teve grande influência nesse resultado a queda nas Receitas de Serviços de Processamento de Dados (-R\$ 11,85 milhões), ocasionada por um equívoco no registro contábil, com ausência de R\$ 17,10 milhões, sanada somente em maio. Todavia, se este valor fosse registrado adequadamente no período dos serviços prestados (março e abril), a variação percentual da rubrica Receita de Serviços teria sido positiva em 13,21%.

– **Multas e Juros de Mora e Dívida Ativa:** As Multas e Juros de Mora aumentaram 23,2% (+R\$ 16,72 milhões) neste bimestre, em relação ao mesmo período de 2011.

*Principalmente por conta do aumento dos recursos recebidos do Banco do Brasil pela manutenção dos depósitos judiciais naquela instituição financeira, as Receitas Diversas apresentaram aumento de 56,9% no bimestre (+R\$ 44,16 milhões).*

Tal variação positiva decorreu do aumento das Multas Previstas na Legislação de Trânsito (+R\$ 18,66 milhões; +178,5%). Já a receita de Dívida Ativa teve aumento de 5,7% (+R\$ 1,71 milhões), próximo ao crescimento de 4,8% da inflação (IPCA) no acumulado dos últimos 12 meses.

### III.2 Receitas de Capital

As Receitas de Capital tiveram uma queda de 33,1% (-R\$ 119,21 milhões) em relação ao mesmo bimestre do ano anterior, ainda que tenha havido aumento de 4.983,1% (+R\$ 104,68 milhões) das Operações de Crédito.

Tendo em vista as relevantes vendas de bens em 2011, como a alienação de imóveis do RIOPREVIDÊNCIA, a rubrica Alienação de Bens registrou uma queda de 99,0% no 2º bimestre de 2012, em comparação ao mesmo período de 2011, o que representa uma redução de R\$ 130,15 milhões.

As Transferências de Capital tiveram um decréscimo de 45,4% (-R\$ 89,51) em relação ao mesmo bimestre do ano anterior. Houve queda nas transferências do PAC, devido à diminuição no aporte de recursos, visto que as obras e instalações já estão em processo de conclusão.

**Tabela 15**

RECEITA DE CAPITAL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2011 / 2012

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR-ABR)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-ABR)		var %
	2011	2012		2011	2012	
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>360,66</b>	<b>241,45</b>	<b>-33,1%</b>	<b>696,72</b>	<b>391,45</b>	<b>-43,8%</b>
Operações de Crédito	2,10	106,78	4.983,1%	17,68	179,01	912,3%
Alienação de Bens	131,51	1,36	-99,0%	246,89	5,50	-97,8%
Amortiz. de Empréstimos	29,98	25,71	-14,3%	58,21	61,91	6,3%
Transf. de Capital	197,07	107,56	-45,4%	373,93	145,00	-61,2%
Outras Rec. de Capital	0,00	0,04	0,0%	0,00	0,04	0,00%

## IV. Despesa do Estado do Rio de Janeiro

### IV.1 Análise Geral da Execução da Despesa

Ao final do 2º bimestre a despesa estava fixada em R\$ 66,60 bilhões, contra os R\$64,03 bilhões autorizados na Lei de Orçamento Anual. Os créditos suplementares autorizados no período jan/abril que resultaram em aumento de dotação somaram R\$ 2,58 bilhões (4,01%), dos quais R\$1,87 bilhão é referente a Fontes de Recursos do Tesouro e R\$693,7 milhões de Fontes não Tesouro, recursos vinculados e diretamente arrecadados pelas Autarquias, Fundações e Empresas.

No âmbito dos recursos do Tesouro, R\$1,87 bilhão é proveniente de novas operações de crédito contratadas junto a diversas instituições financeiras, compatíveis com o espaço fiscal autorizado pela Superintendência do Tesouro Nacional, voltadas para a implementação de programas estratégicos de governo:

- Programa Pró-Vias – R\$307 milhões (CAF)
- Obras do Maracanã - R\$217,19 milhões (CAF)
- Arco Metropolitano - R\$334 milhões (CAF)
- Delegacia Legal – R\$81,48 milhões (CAF)
- Programa Pró-Cidades – R\$885,56 milhões (BB)
- Assistência Social – R\$34,25 milhões (BID)

Ainda em operações de crédito foram incorporados ao orçamento R\$3,7 milhões de saldos financeiros de 2011 realocados na SEPLAG (Programa Pró-Gestão e Projeto de Integração do Sistema de Compras e Gestão de Contratos) e na SEAPEC (Projeto de Desenvolvimento Sustentável Microbacias Hidrográficas).

No que se refere ao valor das demais Fontes de Recursos (R\$693,7 milhões) é importante destacar os que foram direcionados para recuperação da Região Serrana - convênios firmados com os Ministérios da Integração Nacional e das Cidades. no valor total de R\$446,86

**Tabela 16**

EXECUÇÃO DA DESPESA TOTAL  
JAN-ABR 2011 / JAN-ABR 2012

R\$ Milhões

PODER EXECUTIVO								
ANO	TIPO	LOA	DOT. ATUAL 2º BIMESTRE	CONTING.	DISP.	COTA ORÇAM. LIBERADA 1º TRIM*	EMP. 2º BIM	LIQ. 2º BIM
2011	DESPESA SEM INTRA	49.826	50.953	1.448	49.505		17.215	14.990
	DESPESA INTRA	1.771	1.733	-	1.733		563	529
	<b>DESPESA TOTAL</b>	<b>51.597</b>	<b>52.686</b>	<b>1.448</b>	<b>51.238</b>	<b>26.886</b>	<b>17.778</b>	<b>15.519</b>
2012	DESPESA SEM INTRA	56.436	59.061	1.540	57.520		18.708	16.645
	DESPESA INTRA	2.351	2.293	-	2.293		676	611
	<b>DESPESA TOTAL</b>	<b>58.787</b>	<b>61.353</b>	<b>1.540</b>	<b>59.813</b>	<b>33.235</b>	<b>19.384</b>	<b>17.255</b>
OUTROS PODERES								
ANO	TIPO	LOA	DOT. ATUAL 2º BIMESTRE	CONTING.	DISP.	COTA ORÇAM. LIBERADA 1º TRIM**	EMP. 2º BIM	LIQ. 2º BIM
2011	DESPESA SEM INTRA	4.268	4.553	-	4.553		2.386	1.327
	DESPESA INTRA	349	341	-	341		164	89
	<b>DESPESA TOTAL</b>	<b>4.617</b>	<b>4.895</b>		<b>4.895</b>		<b>2.550</b>	<b>1.415</b>
2012	DESPESA SEM INTRA	4.854	4.855	-	4.855		2.498	1.459
	DESPESA INTRA	392	392	-	392		174	122
	<b>DESPESA TOTAL</b>	<b>5.246</b>	<b>5.247</b>		<b>5.247</b>		<b>2.672</b>	<b>1.581</b>

Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

Posição SIG/SIAFEM: 16/05/2012

\* EM 2010 A COTA ORÇAMENTÁRIA ERA LIBERADA POR QUADRIMESTRE. A PARTIR DE 2011 PASSA A SER LIBERADA POR TRIMESTRE

\*\* PARA OS OUTROS PODERES NÃO EXISTE COTA ORÇAMENTÁRIA

**Nos primeiros quatro meses do ano o orçamento anual aumentou R\$2,56 bilhões por conta de incorporação de recursos não provenientes de impostos.**

milhões. Para a construção de unidades habitacionais e contenção de encostas em Angra dos Reis o Ministério da Integração Nacional repassou R\$15 milhões.

A Tabela 16 demonstra a distribuição da despesa por Poderes e evidencia os mecanismos aplicados no âmbito das dotações do Executivo na busca pela manutenção do equilíbrio orçamentário e financeiro: a cota orçamentária liberada até o 2º bimestre, R\$33,23 bilhões, e os recursos contingenciados no valor de R\$1,54 bilhão, em razão do desfavorável cenário econômico, com reflexos na receita estadual.

No âmbito do Legislativo, a execução das despesas dos demais Poderes aumentou 11,66% (+R\$165,14 milhões) quando comparada a igual período do ano anterior, dos quais 70,29% estão concentrados em pessoal e encargos sociais.

No Poder Executivo a variação positiva em relação a 2011 foi de 11,18% (+ R\$1.73 bilhão), idêntica à dos demais Poderes. Desse valor 73,61% se referem a gastos Correntes, basicamente, pessoal e transferências constitucionais. A despesa realizada, R\$17,25 bilhões, representa 28,85% da dotação disponível (R\$59,81 bilhão), ritmo compatível com o período em análise.

***Novas Operações de Crédito, foram contratadas para financiar programas estratégicos de Governo – R\$ 1,87 bilhões.***

***A continuidade da recuperação da região serrana está garantida com recursos de convênio com o MIN no valor de R\$ 446,86 milhões***

#### ➤ **Despesas por Grupo**

A Tabela 17 especifica os gastos por Grupo de Despesa segundo a categoria econômica de Despesas Correntes e Despesas de Capital. O montante liquidado neste 2º bimestre de 2012 corresponde à R\$ 18,10 bilhões, excluídas as despesas intraorçamentárias.

No âmbito das Despesas Correntes, os gastos com Pessoal e Encargos Sociais representaram 24,71% do total liquidado, se comparado ao ano passado, acréscimo de R\$ 570,1 milhões.

A variação positiva de +7,5% da despesa de pessoal dos demais Poderes reflete o aumento de 5% concedido aos servidores desses órgãos a partir de maio/2011.



De forma isolada, avaliados por Função de Governo, os gastos de pessoal do Poder Executivo aumentaram 17,3% (+R\$ 500,00 milhões) quando comparado a igual período de 2011. Observa-se que o maior incremento ocorreu na Função Segurança, 35,33% (+321,81 milhões) que inclui todo o contingente da Polícia Civil, Militar e do Corpo de Bombeiros. Para essas categorias foi autorizado o pagamento antecipado, a partir de julho de 2011, do percentual acumulado referente aos meses de agosto a dezembro de 2011(0,915% / mês), que deveria acontecer de forma escalonada. Prosseguindo na valorização dessas categorias, em fevereiro/2012 foi antecipado o pagamento do percentual acumulado referente às parcelas do exercício, resultando em aumento superior a 12%, extensivo aos servidores do Sistema Penitenciário. Em fevereiro de 2013, a remuneração dessas categorias estará reajustada em 39%, uma vez que já foi autorizado o pagamento cumulativo antecipado, das parcelas que deveriam ocorrer mensalmente ao longo deste exercício de 2012.

Procedimento idêntico foi autorizado para os servidores da área de educação cujas parcelas da gratificação do Programa Nova Escola foram antecipadas para julho/2011. Como consequência desse pagamento e de outros reajustes autorizados, 5% para o pessoal do magistério da área de Educação e Cultura, 4,5% para os profissionais do DEGASE, da FAETEC e de pessoal de apoio educacional, as Funções Educação e Cultura registraram incrementos expressivos de 16,63% e 16,73% respectivamente.

As Outras Despesas Correntes, quando avaliadas em sua totalidade, requereram 63,09% do montante liquidado no período, crescimento de 9,3% (+ R\$ 969,1 milhões) em relação a 2011. Sua análise, no entanto, deve evidenciar as despesas não discricionárias que, no quadrimestre, requereram R\$ 9,23 bilhões, 80,8% do total liquidado nessa categoria, aí incluídas as transferências constitucionais, os encargos com a União e o pagamento de inativos e pensionistas, cujos gastos acompanham os

Tabela 17

DESPESAS POR GRUPO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - DESPESA LIQUIDADADA JAN-ABR 2011 / JAN-ABR 2012

R\$ MILHÕES

CATEGORIA ECONÔMICA	GRUPO	2011	2012	VAR %
		JAN-ABR	JAN-ABR	
CORRENTE	<b>1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</b>	3.904	4.474	14,6%
	1.1 - PODER EXECUTIVO	2.845	3.336	17,3%
	1.2 - OUTROS PODERES	1.059	1.138	7,5%
	<b>2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA</b>	835	849	1,7%
	<b>3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES</b>	10.453	11.422	9,3%
	<b>3.1 - DESPESAS DE CUSTEIO</b>	2.007	2.184	8,8%
	3.1.1 - PODER EXECUTIVO	1.800	1.928	7,1%
	3.1.2 - OUTROS PODERES	206	256	24,1%
	<b>3.2 - INATIVOS E PENSIONISTAS</b>	2.882	3.287	14,1%
	<b>3.3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES</b>	5.564	5.952	7,0%
	3.3.1 - ENC. COM A UNIÃO / ROYALTIES (EGE)	1.276	1.388	8,8%
	3.3.2 - TRANSFERÊNCIAS AO FUNDEB	1.480	1.554	5,0%
	3.3.3 - TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS	2.808	3.010	7,2%
CAPITAL	<b>4 - INVESTIMENTOS</b>	580	565	-2,5%
	4.1 - PODER EXECUTIVO	518	500	-3,5%
	4.2 - OUTROS PODERES	62	66	6,2%
	4.3 - RESTITUIÇÃO DE REC.TERCEIROS (MARLIN)			
	<b>5 - INVERSÕES FINANCEIRAS</b>	2	78	4318,6%
<b>6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA</b>	543	715	31,6%	
<b>TOTAL GERAL</b>		16.316	18.104	11,0%

Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

Posição SIG/SIAFEM: 16/05/2012

**As despesas de pessoal aumentaram R\$570,1 milhões, com destaque para a área de Segurança, +R\$ 321,81 milhões.**

**O aumento de pessoal na área de Educação reflete a integralidade de todas as parcelas da gratificação do Nova Escola que deveria ocorrer de forma escalonada.**



benefícios salariais concedidos aos servidores em atividade, +R\$ 405 milhões quando comparado ao mesmo período de 2011.

Para as despesas discricionárias que evidenciam o custeio de manutenção dos órgãos e de programas estratégicos de governo, foram direcionados R\$2,18 bilhões. Crescimento expressivo (+1369,9%) ocorreu na Secretaria de Assistência Social (SEASDH), por conta do Programa Renda Melhor e do pagamento de aluguel social às famílias vítimas de intempéries naturais.

O Programa Renda Melhor foi iniciado em 2011 em quatro municípios, e neste exercício de 2012 já se estende a 51 municípios, 248 mil beneficiários, requerendo cerca de R\$21,45 milhões/mês. O benefício varia de R\$30,00 a R\$300,00/mês, de acordo com critérios de inclusão social.

Ainda no âmbito da SEASDH, expressivo volume de recursos também é aplicado no pagamento de aluguel social, R\$ 6,30 milhões/mês direcionados a 14.203 beneficiários residentes na região serrana, nos municípios de Niterói e São Gonçalo, além de famílias removidas de áreas com obras do PAC.

O custeio do DER aumentou 148,32% (+R\$39,15 milhões), basicamente concentrado em conservação de rodovias. Embora com crescimentos menores, porém requerendo volumes consideráveis de recursos no quadrimestre, dá-se destaque ao Fundo Estadual de Saúde, R\$ 400,86 milhões, seguido da área de Educação, R\$323,48 milhões e do Bilhete Único R\$125,44 milhões.

As Despesas de Capital, aí incluídos os Investimentos e as Inversões Financeiras, somaram R\$ 642,28 milhões até o mês de abril, registrando crescimento de 10,44% em relação a 2011 (+R\$60,74 milhões). Desse montante, R\$ 574,95 milhões (89,52%) foram aplicados pelos Órgãos relacionados na tabela ao lado, com destaque para os seguintes investimentos:

***A despesa com pagamento de inativos e pensionistas, no quadrimestre representa 28,78% das despesas correntes liquidadas no período.***

***Na área social o Programa Renda Melhor e Aluguel Social requerem cerca de R\$ 27,75 milhões/mês.***

**Tabela 18**

**MAIORES APLICAÇÕES EM INVESTIMENTOS  
E INVERSÕES FINANCEIRAS**

ÓRGÃO	R\$ Mil
	(Jan-Abril) 2012
Fundo Especial do Tribunal de Justiça	64.643
Secretaria de Estado de Obras	68.652
Fund Dep Estradas de Rodagem do Estado do RJ	176.481
Procuradoria Geral do Estado	70.578
Companhia Estadual de Habitação do RJ	25.973
Fundo Estadual de Conservação Ambiental	28.298
Instituto Estadual do Ambiente - INEA	10.533
Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro	12.270
Fundo Estadual de Saúde	30.840
Comp Est de Engenh de Transportes e Logística	39.836
Comp de Transp sobre Trilhos do Est do RJ	46.853
<b>Total</b>	<b>574.955</b>

SIG 16/05/2012

***Na área habitacional estão sendo construídas 1346 unidades e reformados 449 blocos residenciais em diversos municípios do Rio de Janeiro***

Tabela 19

R\$ Milhões

Órgão	Descrição da Despesa	Valor
Tribunal de Justiça	Construção e/ou Ampliação de unidades do TJ para funcionamento de Fóruns em diversos municípios: Alcântara, São Gonçalo, Angra dos Reis, Rio das Ostras, Nilópolis, Rio Bonito, Itaboraí, Três Rios, Iguaba e Município do Rio de Janeiro nos bairros de Bangu, Ilha do Governador e Campo Grande.	58,62
SEOBRAS	Programa Somando Forças (R\$4,84 milhões), continuidade das obras do PAC em 2011 (R\$16,84 milhões), Arco Metropolitano (R\$ 4,66 milhões), Indenizações a famílias realocadas (R\$ 1,6 milhão)	27,94
Departamento de Estrada de Rodagem	Continuidade de obras de 2011; Implantação e Restauração de rodovias vicinais em São Gonçalo, Mangaratiba, Friburgo, Valença e outros; e construção de acostamento e recuperação de trechos nas RJ-196 e 146, respectivamente, no entroncamento das BRs-101 e 116.	143,54
Procuradoria	Desapropriação de imóvel na Avenida Nilo Peçanha (antigo BANERJ)	70,57
CEAHB	Repasse financeiro a CEF - Programa Minha Casa Minha Vida/ Obras de infraestrutura (R\$ 11,24 milhões), Construção e Recuperação de blocos em conjuntos habitacionais de municípios fluminenses (R\$ 6,74 milhões), construção de unidades habitacionais em Aperibe, Duque de Caxias, Levy Gasparian, Carmo e Pinheiral (R\$1,47 milhões) e obras de infraestrutura no Jardim São Miguel em Queimados (R\$5,48 milhões)	24,93
Riotrilhos	Implantação da linha 4 (trecho Jardim Oceânico /Barra – R\$ 27,83 milhões) e execução de Obras e Implantação de piloto automático na General Osório – R\$ 19,10 milhões.	46,85
Central	Aquisição de 30 trens elétricos urbanos	39,86

SIG 16/05/2012

A maior parcela da despesa de capital no quadrimestre correu a conta de recursos do Tesouro, R\$ 448,12 milhões (69,67%), em que pese o expressivo montante de recursos (R\$3,99 bilhões) previsto no orçamento. Algumas operações ainda estão em fase de contratação o que justifica o fraco desempenho da receita oriunda dessa fonte de recursos, que financiou apenas 10,29% dos investimentos/inversões financeiras do quadrimestre.

#### ➤ Despesas por Fonte de Recursos

As despesas liquidadas por Fonte de Recursos nestes quatro primeiros meses de 2012 estão demonstradas na Tabela 20. Os recursos do Tesouro continuam financiando a maior parte da despesa, 73,73%, participação idêntica a bimestres passados.

Apesar da redução de algumas receitas (Outras Transferências da União e CIDE) houve um aumento de 11,8% nas despesas financiadas com recursos do Tesouro em relação a 2011, +R\$1,41 bilhão. Esse aumento se dá em parte porque a despesa liquidada por

Tabela 20

DESPESA LIQUIDADA POR FONTE DE RECURSO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-ABR 2011 / JAN-ABR 2012

R\$ MILHÕES

DISCRIMINAÇÃO	2º BIM 2011	2º BIM 2012	VAR %
<b>RECURSOS DO TESOURO</b>	<b>11.935</b>	<b>13.347</b>	<b>11,8%</b>
PROVENIENTES DE IMPOSTOS (FR 00)	9.023	10.204	13,1%
NÃO PROVENIENTES DE IMPOSTOS (FR 01)	88	548	521,1%
ROYALTIES E PART. ESPECIAL PETRÓLEO (FR 04)	1.429	1.579	10,5%
SALÁRIO EDUCAÇÃO (FR 05)	45	63	38,8%
FUNDO DE PARTIC. DOS ESTADOS (FR 06)	414	207	-49,9%
DEMAIS TRANSF. DA UNIÃO PROV. DE IMPOSTOS (FR 07)	372	105	-71,8%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (FR 11)	7	65	850,8%
FECF - ADICIONAL DO ICMS (FR 22)	527	547	3,9%
DEMAIS FONTES*	30	28	-7,7%
<b>RECURSOS DE OUTRAS FONTES</b>	<b>4.381</b>	<b>4.757</b>	<b>8,6%</b>
ARREC. PRÓPRIA - ADM. INDIRETA (FR 10)	3.396	3.791	11,6%
CONVÊNIO (FR 12, 13, 14, 16, 18, 19)	203	145	-28,4%
FUNDEB (FR 15)	604	657	8,8%
GESTÃO DE SAÚDE (FR 23)		2	
TRANSF. VOL. DA UNIÃO NÃO REF. À CONVÊNIO (FR 24)		11	
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (FR 25)	107	66	-38,4%
DEMAIS FONTES**	71	83	18,0%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>16.316</b>	<b>18.104</b>	<b>11,0%</b>

\* FRS 20, 21, 26, 90, 95 / \*\* FRS 96, 97, 98, 99

Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

Posição SIG/SIAFEM: 16/05/2012

conta daqueles não provenientes de impostos (FR01) aumentou consideravelmente (+R\$ 460,16 milhões) quando comparada ao mesmo período 2011, compensando as frustrações de receita das demais fontes de recursos.

Os Royalties de Petróleo (FR04) apresentam uma pequena participação nas despesas liquidadas do período, aumento de R\$ 150,38 milhões (+10,5%). Do total aplicado no quadrimestre (R\$ 1,57 milhão), R\$ 1,38 milhão traduziu-se em pagamento da parcela constitucional aos municípios, em despesas do FECAM e em Encargos com a União, os quais deverão ser honrados ainda no próximo bimestre (estes Encargos são pagos prioritariamente, a partir de quando os recursos do petróleo passam a alcançar o Estado).

A realização de despesas a conta de operações de crédito, embora muito tímida diante do montante de recursos alocados no orçamento aumentou em relação a 2011; mesmo assim foram pagos menos de 50% da receita realizada. Os R\$66,19 milhões aplicados no período nos seguintes Programas: PET II (R\$39,83 milhões), Delegacia legal (R\$10,57 milhões) e PAC - Programa de Aceleração do Crescimento (R\$11,33 milhões).

Com recursos de Outras Fontes, as despesas somaram R\$ 4,75 bilhões no primeiro quadrimestre de 2012, 8,6% maior do que em 2011. Repetindo os meses anteriores, o crescimento esteve concentrado nas despesas financiadas com os recursos provenientes de arrecadação própria de órgãos da administração indireta, basicamente o Rioprevidência, (87,16%). As despesas do Rioprevidência cresceram R\$ 326,32 milhões nos primeiros quatro meses do ano. O pagamento de inativos do Poder Executivo cresceu R\$ 265,75 milhões, o dos Outros Poderes, R\$ 27,29 milhões e o de pensionistas R\$ 112,09 milhões. A soma desses três valores, R\$ 405,14 milhões, é maior que crescimento do Rioprevidência como um todo, compensando a despesa não realizada na Ação

*A aparente redução na despesa financiada com recursos de convênio se dá por conta da finalização de algumas intervenções do PAC nas comunidades da Rocinha, Alemão e Manginhos.*

Recomposição da Conta B que não teve execução no quadrimestre. Tanto em inativos quanto em pensionistas o incremento da despesa reflete os benefícios salariais concedidos ao pessoal em atividade.

Ainda no âmbito das Fontes de recursos não Tesouro, observam-se variações negativas nas despesas liquidadas a conta de recursos de convênios e de transferências do SUS em virtude do baixo desempenho dessas receitas.

### ➤ Despesas por Função

A tabela 21 demonstra a variação da despesa por Função de Governo, quando comparada a 2011. A seguir estão comentadas as de maior incremento.

A função Assistência Social, embora com participação pequena no total da despesa, foi a que registrou maior aumento, consequência da implantação de novos programas voltados para população de baixa renda que passaram a pleitear recursos entre os demais programas estratégicos do Governo. Esses programas estão comentados no item Despesa por Grupo e exigiram no período R\$ 70,17, que equivalem a 51,90% da despesa da SEASDH, excluídos os gastos das entidades supervisionadas.

No âmbito das atividades-fim, a função Transporte também foi beneficiada com expressivo aumento, +60,87%, por conta da execução de obras de melhorias e de implantação de estradas, aumento da clientela do Bilhete Único e da continuidade das obras de expansão de linhas metroviárias, no caso a Linha 4 além da aquisição de trens urbanos –TUES, para as linhas do METRÔ.

A Função Segurança, +25,54%, vem requerendo cada vez maior soma de recursos. Dentre os órgãos classificados nessa função os de maior variação positiva foram a PMERJ (+25,64%) e a Defesa Civil (+67,93%), basicamente por conta de benefícios salariais já comentados.

**Tabela 21**

DESPESAS POR FUNÇÃO DE GOVERNO  
DESPA LIQUIDADADA JAN-ABR 2011 / JAN-ABR 2012

DISCRIMINAÇÃO	R\$ MIL		
	Até 2º BIM 2011 (A)	Até 2º BIM 2012 (B)	Δ % 2012/2011 (C)
ASSISTÊNCIA SOCIAL	48.396	135.191	179,35%
COMUNICAÇÕES	21.617	37.488	73,42%
TRANSPORTE	343.132	552.017	60,88%
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	1.753	2.706	54,36%
DIREITOS DA CIDADANIA	85.444	112.839	32,06%
SEGURANÇA PÚBLICA	1.220.106	1.531.757	25,54%
ESSENCIAL À JUSTIÇA	418.569	509.328	21,68%
COMÉRCIO E SERVIÇOS	59.745	69.884	16,97%
INDÚSTRIA	15.564	17.434	12,01%
LEGISLATIVA	275.844	308.293	11,76%
CULTURA	33.665	37.222	10,57%
EDUCAÇÃO	1.848.231	2.036.322	10,18%
JUDICIÁRIA	828.635	910.768	9,91%
HABITAÇÃO	39.526	42.625	7,84%
ADMINISTRAÇÃO	454.129	480.228	5,75%
SANEAMENTO	6.114	6.357	3,99%
TRABALHO	5.751	5.856	1,82%
AGRICULTURA	48.630	48.889	0,53%
SAÚDE	827.581	829.398	0,22%
GESTÃO AMBIENTAL	92.406	82.742	-10,46%
DESPORTO E LAZER	30.161	25.994	-13,81%
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	64.758	42.458	-34,44%
URBANISMO	194.199	58.030	-70,12%
<b>Subtotal</b>	<b>6.963.954</b>	<b>7.883.828</b>	<b>13,21%</b>
ENCARGOS ESPECIAIS	6.375.891	6.916.870	8,48%
PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.976.556	3.302.877	10,96%
<b>Subtotal</b>	<b>9.352.447</b>	<b>10.219.747</b>	<b>9,27%</b>
<b>Total</b>	<b>16.316.401</b>	<b>18.103.574</b>	<b>10,95%</b>

Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE  
Posição SIG/SIAFEM: 16/05/2012

Demonstra-se ainda a participação das Funções de Governo em relação à despesa liquidada no período. Nessa análise foram excluídas do total as funções Previdência Social e Encargos Especiais, consideradas despesas não discricionárias.

A Tabela 22 evidencia a participação de cada Função de Governo nos quadrimestre dos exercícios em análise.

Em 2012, as áreas de Educação, Segurança, Judiciária, Saúde e Transporte são as de maior peso. Observa-se que a maior participação da Função Transporte está compatível com o incremento da despesa no período. Situação idêntica ocorre em Assistência Social que, em 2011 participava com 0,69% e, em 2012, 1,71%, o que representa um gasto três vezes maior em relação ao ano anterior.

A aplicação de recursos na função Urbanismo é menor em 2012, por conta do término de grande parte das obras do PAC e, conseqüentemente, tem sua participação reduzida.

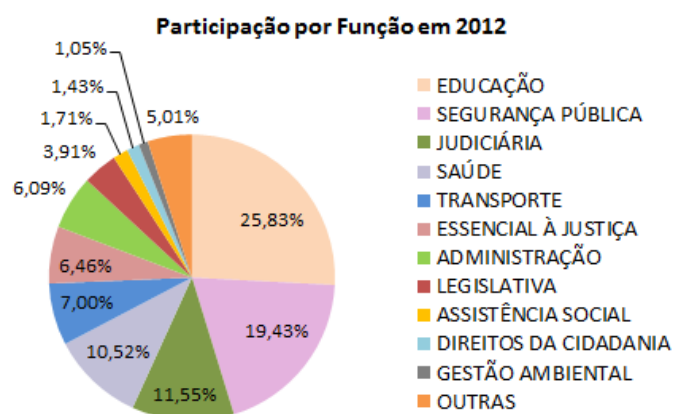
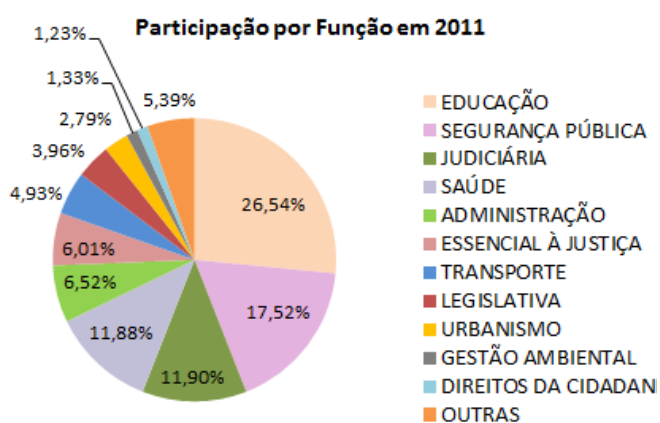
A seguir demonstram-se graficamente os percentuais apresentados no Gráfico 1.

Tabela 22

DISCRIMINAÇÃO	Até 2º BIM 2011	Até 2º BIM 2012	Participação por Função em 2011	Participação por Função em 2012
EDUCAÇÃO	1.848.231	2.036.322	26,54%	25,83%
SEGURANÇA PÚBLICA	1.220.106	1.531.757	17,52%	19,43%
JUDICIÁRIA	828.635	910.768	11,90%	11,55%
SAÚDE	827.581	829.398	11,88%	10,52%
TRANSPORTE	343.132	552.017	4,93%	7,00%
ESSENCIAL À JUSTIÇA	418.569	509.328	6,01%	6,46%
ADMINISTRAÇÃO	454.129	480.228	6,52%	6,09%
LEGISLATIVA	275.844	308.293	3,96%	3,91%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	48.396	135.191	0,69%	1,71%
DIREITOS DA CIDADANIA	85.444	112.839	1,23%	1,43%
GESTÃO AMBIENTAL	92.406	82.742	1,33%	1,05%
COMÉRCIO E SERVIÇOS	59.745	69.884	0,86%	0,89%
URBANISMO	194.199	58.030	2,79%	0,74%
AGRICULTURA	48.630	48.889	0,70%	0,62%
HABITAÇÃO	39.526	42.625	0,57%	0,54%
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	64.758	42.458	0,93%	0,54%
COMUNICAÇÕES	21.617	37.488	0,31%	0,48%
CULTURA	33.665	37.222	0,48%	0,47%
DESPORTO E LAZER	30.161	25.994	0,43%	0,33%
INDÚSTRIA	15.564	17.434	0,22%	0,22%
SANEAMENTO	6.114	6.357	0,09%	0,08%
TRABALHO	5.751	5.856	0,08%	0,07%
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	1.753	2.706	0,03%	0,03%
<b>TOTAL</b>	<b>6.963.954</b>	<b>7.883.828</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

SIG 16/05/2012

Gráfico 1





#### IV.2 Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ<sup>7</sup>, FECAM<sup>8</sup> e FEHIS<sup>9</sup>.

##### ➤ Educação

O índice da Educação apurado até o segundo bimestre deste ano atinge 23,79%, patamar semelhante apurado no mesmo período do ano passado. No entanto, a despesa liquidada apresentou um crescimento de R\$ 133,78 milhões. Deste valor, R\$ 73,35 milhões correspondem às despesas custeadas pelo FUNDEB, reflexo da variação da receita. Adicionalmente, as despesas de pessoal capitanearam o aumento do montante liquidado em Educação, revelando um aumento de R\$ 61,29 milhões em relação a 2011. Este crescimento é consequência de uma política de valorização do profissional da Educação iniciada ano passado, quando houve contratação de 9,5 mil professores além da concessão de benefícios como o vale-transporte. A despesa liquidada com Vencimento do Pessoal Estatutário da Educação saltou apresentou um aumento de R\$ 36,39 milhões, atingindo R\$ 171,73 milhões até o mês de abril.

As despesas correntes e os investimentos não apresentaram mudanças significativas em seus gastos totais. No entanto a composição de tais gastos sofreu alteração. Nos investimentos o Auxílio Financeiro a Pesquisadores teve redução de R\$ 7,15 milhões, enquanto obras em escolas e nos Centros de Ressocialização de Adolescentes - CREADS, de responsabilidade do DEGASE, apresentaram aumento de R\$ 8,89 milhões. Em Outras Despesas Correntes houve redução de gastos como Locação de Bens Móveis e Fornecimento de Energia Elétrica e aumentos em Auxílio Financeiro a Estudantes, Serviço de Transmissão de

Tabela 23

EXECUÇÃO ÍNDICES CONSTITUCIONAIS - DESPESA LIQUIDADADA

EM R\$ MIL

PERÍODO	JAN- ABR 2011	JAN- ABR 2012
<b>EDUCAÇÃO</b>		
RECEITA BASE	8.677.048	9.014.892
DESPESA LIQUIDADADA*	2.011.293	2.145.064
Uos	530.832	591.269
FUNDEB (Perda Líquida/Transf. ao Fundo)	1.480.461	1.553.817
RP Cancelado		22
MÍNIMO A SER APLICADO (25%)	2.169.262	2.253.723
<b>% ÍNDICE</b>	<b>23,18%</b>	<b>23,79%</b>
<b>SAÚDE</b>		
RECEITA BASE	8.671.200	9.014.884
DESPESA LIQUIDADADA**	754.869	785.282
Uos	748.300	783.133
FR 23 - Gestão de Saúde	6.572	6.706
RP Cancelado		160
Dedução INSS/Pessoal	3	
Dedução Impostos		198
Dedução despesas intra/gestão saúde		4.200
MÍNIMO A SER APLICADO (12%)	1.040.544	1.081.786
<b>% ÍNDICE</b>	<b>8,71%</b>	<b>8,71%</b>
<b>FAPERJ</b>		
RECEITA BASE	5.153.357	5.352.132
DESPESA LIQUIDADADA*	107.433	74.926
MÍNIMO A SER APLICADO (2%)	103.067	107.043
<b>% ÍNDICE</b>	<b>2,08%</b>	<b>1,40%</b>
<b>FECAM</b>		
RECEITA BASE	1.604.317	2.123.953
DESPESA LIQUIDADADA*	30.366	28.298
MÍNIMO A SER APLICADO (5%)	80.216	106.198
<b>% ÍNDICE</b>	<b>1,89%</b>	<b>1,33%</b>
<b>FEHIS</b>		
RECEITA BASE	850.501	887.686
DESPESA LIQUIDADADA*	20.528	28.514
MÍNIMO A SER APLICADO (10%)	85.050	88.769
<b>% ÍNDICE</b>	<b>2,41%</b>	<b>3,21%</b>

\* DESCONTA O VALOR DE RP CANCELADO (DE 2006 a 2010)

\*\* Inclui o valor da FR 23 - Gestão de Saúde

Posição SIG/SIAFEM: 16/05/2012

<sup>7</sup> FAPERJ- Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

<sup>8</sup> FECAM- Fundo Estadual de Conservação Ambiental

<sup>9</sup> FEHIS- Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social

Dados, Voz e Imagem e Serviços de Vigilância e Policiamento.

➤ **Saúde**

O índice da Saúde apresentou uma execução maior em R\$ 7,88 milhões do que no ano passado. Essa diferença já contabiliza as deduções decorrentes da nova metodologia do cálculo adotada a partir deste ano, que exclui do cálculo as despesas com as ações do Programa de Saneamento Básico, Operacionalização da Farmácia Popular e o Programa de Alimentação Saudável, além das despesas intraorçamentárias referentes à gestão de serviço de saúde, encargos com multas e juros de impostos e de pessoal, em cumprimento à Lei 141 que entrou em vigor neste ano, regulamentando a Emenda Constitucional nº 29.

Já contabilizadas as deduções foram aplicados na Saúde R\$ 756,17 milhões. O Pagamento de Pessoal ficou no mesmo patamar nos anos analisados, totalizando R\$ 403,92 milhões este ano, R\$ 4,23 milhões menor do que em 2011.

As Outras Despesas Correntes contabilizaram R\$ 321,14 milhões. Este valor é superior em R\$ 44 milhões ao gasto em custeio ano passado em razão de R\$ 23,19 milhões liquidados em Contratação de Serviço de Saúde Privado, que é um credenciamento de unidades neonatais particulares que recebem pacientes que necessitam de cuidados intensivos; de R\$ 17,30 milhões em Apoio as UPAS 24h Municipalizadas e R\$ 9,61 milhões em Operacionalização das UPAS Próprias.

Em Investimentos, foram gastos R\$ 30,94 milhões, quase o dobro do que foi gasto em 2011. O montante de R\$ 22,20 milhões gasto pela ação Construção, Reforma e Aquisição de Material Permanente para Unidades de Saúde foi o responsável por esse aumento.

➤ **FAPERJ**

O índice da FAPERJ apresenta ritmo de execução mais lento do que o ano anterior. Se até o segundo bimestre do

ano passado o índice atingiu 2,08%, em 2012 este percentual caiu para 1,40%. Contribuíram para esta queda reduções de aproximadamente 49,5% nos investimentos e de 20,4% em Outras Despesas Correntes.

A redução se concentrou em Auxílio Financeiro aos Pesquisadores, principal função da FAPERJ. Em Outras Despesas Correntes os benefícios concedidos apresentaram uma redução de R\$ 19,84 milhões. Já em Investimentos a redução foi de R\$ 18,21 milhões. A Despesa com Pessoal manteve o mesmo patamar do ano passado.

➤ **FECAM**

O índice do FECAM não apresentou variação significativa em seu percentual, alcançando 1,33%, pouco abaixo do percentual verificado ano passado. A diferença entre o montante liquidado é de cerca de R\$ 2,07 milhões.

Entre as ações de Conservação do Meio Ambiente, destacam-se: o Projeto Iguaçu, realizado com recursos do PAC, apresentou redução na execução em relação ao mesmo período do ano passado (- R\$ 10,93 milhões) em virtude de estar em fase final, liquidando até abril R\$ 4,56 milhões; o projeto Rio Mais Limpo, que atingiu os R\$ 9,35 milhões realizados (+ R\$ 7,67 em relação a 2011), sendo R\$ 8,57 milhões gastos com saneamento nos municípios de Barra do Piraí e Volta Redonda; e Projetos a Cargo do FECAM, que passou de R\$ 1,53 bi em 2011 para R\$ 3,24 bilhões neste ano, crescimento nas despesas de com Indenizações para vítimas das chuvas na Região Serrana (+ R\$ 1,01 bi) e compras de máquinas (+ R\$ 1,55 bi) para estação automática de monitoramento da qualidade do ar.

➤ **FEHIS**

O índice do FEHIS foi o que apresentou maior variação, passando de 2,41% até o segundo bimestre de 2011 para 3,41% até abril deste ano, um aumento de R\$ 7,98 milhões.

Os Investimentos realizados foram os responsáveis pelo incremento (+ R\$ 11,44 milhões). Foram aplicados R\$



19,57 milhões a mais em Construção de Unidades Habitacionais do que ano passado, em contrapartida houve redução de R\$ 9,95 milhões em Recuperação de Conjuntos Habitacionais.

Já em Outras Despesas Correntes houve redução (-R\$ 3,45 milhões) em virtude da ausência da ação de Realocação de Moradores de Assentamentos Populares, que contabilizou R\$ 3,53 milhões ano passado.

## BOX 02 – Departamento de Estradas e Rodagens do ERJ (DER)

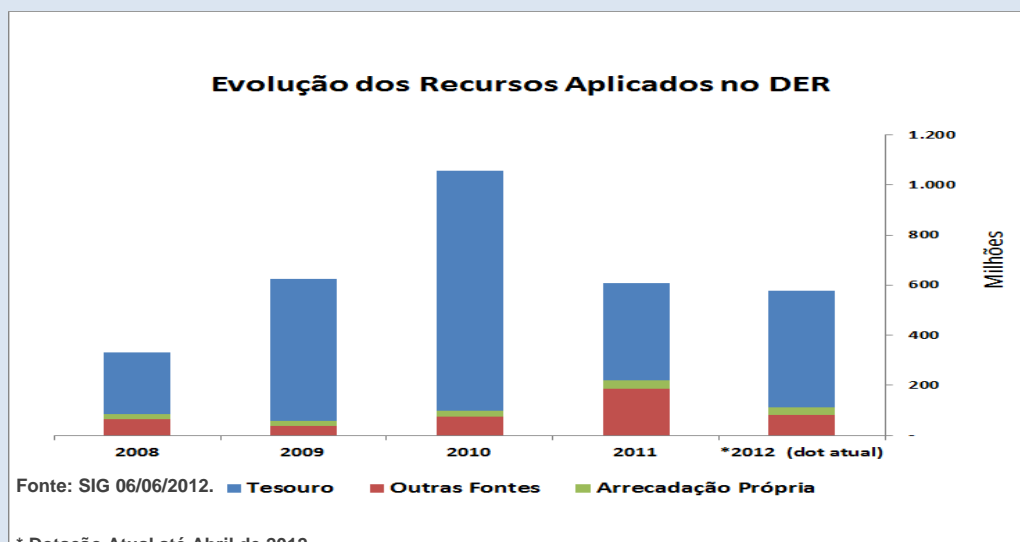
O Box deste bimestre destaca a evolução dos gastos no período de 2008 a 2012 realizados pelo DER, as suas fontes financiadoras e detalha os gastos com investimentos 2010-2012.

O Departamento de Estradas e Rodagem do Rio de Janeiro tem como função principal coordenar e administrar o sistema rodoviário fluminense, além de gerar integração com as rodovias municipais e federais e com outros meios de transporte, a fim de atender as necessidades dos usuários, veículos e cargas que trafegam nas rodovias.

Hoje o DER conta com um orçamento de 688,15 milhões. Ao longo destes cinco anos os recursos do Tesouro cobriram em média 84% das suas despesas. O Gráfico abaixo ilustra os recursos aplicados pelo DER nos últimos quatro anos e a previsão para 2012.

No exercício de 2010 foi aplicado maior volume de recursos (R\$1,15 bi) dentre os anos analisados, destinados principalmente à execução de obras de recuperação e melhorias nas rodovias estaduais. Em 2011 os recursos de outras fontes atingiram uma maior proporção em relação ao total, em virtude do grande aporte de Operações de Crédito (R\$ 107,86 milhões).

A projeção no exercício de 2012 segue na mesma direção da execução dos anos anteriores, com maior parcela financiada pelo Tesouro Estadual. Neste ano foram orçados R\$ 688,15 milhões, dos quais 40% já foram executados com obras e serviços de conservação de Rodovias iniciados em 2011, dentre outras (Locação de Veículos, Manutenção de Imóveis e Auxílios).



A Tabela abaixo demonstra a execução das despesas do DER por Grupo e Fonte de Despesa no período de 2008 a 2012.

DEPARTAMENTO DE ESTRADA E RODAGEM - DER								
GRUPO DESPESA	FONTE	EXECUÇÃO				2012 (Jan- Abril)		
		2008	2009	2010	2011	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO
INVESTIMENTOS	TESOURO	71.878.449	347.072.495	756.746.118	313.887.876	244.377.638	219.885.066	171.518.660
	ARRECAÇÃO PRÓPRIA	40.001	17.229	100.656	14.000	789.000	789.000	-
	OPERAÇÃO DE CRÉDITO	-	-	-	86.840.981	-	-	-
	CONVÊNIOS	-	630.651	2.897.704	-	-	-	-
	CID	55.293.780	32.763.914	61.343.019	70.084.474	61.058.100	20.120.761	4.961.901
	<b>TOTAL</b>	<b>127.212.231</b>	<b>380.484.289</b>	<b>821.087.498</b>	<b>470.827.332</b>	<b>306.224.738</b>	<b>240.794.827</b>	<b>176.480.560</b>
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	TESOURO	185.235.474	194.926.996	223.824.417	204.193.991	239.666.662	89.179.292	48.522.799
	ARRECAÇÃO PRÓPRIA	21.159.844	19.425.900	21.001.348	35.031.672	30.434.425	9.785.716	6.809.560
	OPERAÇÃO DE CRÉDITO	-	-	-	21.024.113	-	-	-
	CID	7.600.000	4.504.022	11.904.530	6.999.509	20.000.000	19.999.967	10.249.646
	<b>TOTAL</b>	<b>213.995.318</b>	<b>218.856.919</b>	<b>256.730.296</b>	<b>267.249.284</b>	<b>290.101.087</b>	<b>118.964.975</b>	<b>65.582.004</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	TESOURO	73.703.905	81.899.192	76.990.002	88.440.184	91.828.979	33.042.344	33.036.083
	ARRECAÇÃO PRÓPRIA	-	-	-	577.837	-	-	-
	<b>TOTAL</b>	<b>73.703.905</b>	<b>81.899.192</b>	<b>76.990.002</b>	<b>89.018.021</b>	<b>91.828.979</b>	<b>33.042.344</b>	<b>33.036.083</b>
		<b>414.911.453</b>	<b>681.240.400</b>	<b>1.154.807.796</b>	<b>827.094.637</b>	<b>688.154.804</b>	<b>392.802.146</b>	<b>275.098.648</b>

Fonte: SIG 06/06/2012

Em 2008 as Despesas Correntes representaram 52% do total liquidado, destinadas à aquisição de massa asfáltica e serviços de conservação e sinalização de rodovias. A partir de 2009 a composição dos gastos se inverte e as despesas com investimentos passam a representar a maior parcela, destinadas à Infraestrutura Urbana e Transporte Rodoviário.

A Tabela abaixo apresenta a destinação dos investimentos entre 2010 e 2012.

EXECUÇÃO DER - INVESTIMENTOS			
PROJETOS	2010	2011	*2012 (até abril)
Apoio aos Municípios	241.734.100	98.904.370	19.234.111
Conservação e Operação de Rodovias	-	170.000	-
Contenção de Encostas e Taludes	19.983.185	15.124.083	584.950
Despesas Obrigatórias	1.257.376	-	-
Execução de Obras Civas, Urbanização e Saneamento	10.237.967	5.964.990	2.383.955
Impl Rest, Melh Rod, Rod Vicinais e Obras Arte	540.168.074	328.937.957	152.092.306
Manut Ativid Operacionais / Administrativas	160.539	363.564	38.855
Planejamento, Estudos e Projetos Rodoviários	7.546.257	21.362.369	2.146.384
<b>TOTAL</b>	<b>821.087.498</b>	<b>470.827.332</b>	<b>176.480.560</b>

Fonte: SIG 06/06/2012

\* Despesas Liquidadas até abril de 2012.

Em 2010 as despesas concentraram-se em execução de obras, contemplando diversos municípios, tais como, São Gonçalo, Queimados, Duque de Caxias entre os outros.

Em 2011 foi concluída a obra de recuperação da RJ-122, que liga Cachoeiras de Macacu a Guapimirim, foram investidos R\$ 62 milhões com asfalto de alta tecnologia produzido da reciclagem de pneus a fim de contribuir para a redução de acidentes.

Também foram aplicados R\$13 milhões na RJ-104, considerada um das mais importantes do Estado, sendo responsável pela interligação dos municípios de Niterói, São Gonçalo e Itaboraí. A RJ-104 recebeu melhorias na iluminação num segmento que vai de Tribobó à Manilha, recebeu novas passarelas e melhoria nos acostamentos.

Nos primeiros quatro meses de **2012** a execução das despesas com o grupo investimento chegou a R\$ 176 milhões, equivalendo a 58% do que fora previsto.

Neste ano o DER finalizou as obras de construção da ponte sobre o Rio Grande, que atende aos municípios de Santa Maria Madalena, Trajano de Moraes, São Sebastião do Alto, Macuco, Cordeiro, Cantagalo e Conceição de Macabu. Foram concluídas ainda as obras de construção de pontes situadas em Teresópolis e na RJ-116 (município de Bom Jardim), ambas referentes à Região Serrana do Rio de Janeiro.

A Tabela a seguir apresenta os principais projetos realizados ao longo de 2010 a 2012 com os municípios beneficiados.

<b>Despesas de Implantação, Restaração, Melhoria das Rodovias, Rodovias Vicinais e Obras Arte - DER (2010 -2012)</b>			
<b>Despesa</b>	<b>Descrição</b>	<b>Desp. Liq.</b>	
2010	Desapropriações	Desapropriação de terras, imóveis e benfeitorias nos Municípios de Barra do Pirai, Duque de Caxias e Itaboraí.	1.241.595
	Estudos e Projetos	Prestação de Serviços, Desapropriação e Implatação de faixa da rodovia BR - 493	1.187.515
	Execução das Obras do Projeto	Obras de Implantação Teraplanagem, Drenagem e Construção de Pontes e Ciclovias em diversos Municípios	337.255.507
	Execução de Obras por Contrato	Obras de Melhorias fiscais e Operacionais com Restauração e Construção de Acostamento e Contorno em diversos Municípios.	199.983.457
	Serviços Técnicos, Científicos e de Pesquisa	Serviços de apoio a desapropriação	500.000
<b>TOTAL</b>		<b>540.168.074</b>	
2011	Desapropriações	Desapropriação de terras, imóveis e benfeitorias nos Municípios de São Gonçalo, Itaperuna, Duque de Caxias, Nova Friburgo, Itaboraí e Barra do Pirai.	1.967.786
	Despesas de Exercícios Anteriores	Obras Emergenciais de Contenção da Rodovia RJ-104 no Município de Niteroi	4.058.405
	Estudos e Projetos	Licenciamento Ambiental da Rodovia RJ- 165	36.501
	Execução de Obras por Contrato	Construção de Passarela sob a RJ-106 em São Gonçalo, Implementaçõ do Contorno Rodoviário na Barra do Pirai, construção de Pontes, Acostamentos e Melhorias Fiscais e Operacionais em diversos municípios.	322.875.265
<b>TOTAL</b>		<b>328.937.957</b>	
2012	Desapropriações	Desapropriação de Terras e Benfeitorias nos municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias e Noa Friburgo	1.294.284
	Despesas de Exercícios Anteriores	Obras de Pavimentação, Drenagem, Iluminação, Construção de Pontes e Ciclovias em diversos municípios. Obras de restauração da RJ -116.	143.544.322
	Execução de Obras por Contrato	Contrução de Viaduto, Passarela e Pontes nos municípios de Nova Iguaçu, Tersópolis e Quatis / Obras de Implantação de Terraplanagem em Barra Mansa, Barra do Pirai / Construção de Acostamento RJ - 196 e Alargamento da ponte RJ - 148	7.253.700
<b>TOTAL</b>		<b>152.092.306</b>	

Fonte: SIG 06/06/2012

## V - Administração Financeira

### V.1 Cota Financeira

Com a publicação da Resolução SEFAZ nº 485, em 19 de março de 2012, a Cota Financeira, nesse segundo bimestre, aumentou em torno de R\$ 1,00 bilhão de reais. Esse incremento decorreu da liberação de recursos oriundos de operações de crédito e que serão aplicados na reforma do complexo do Maracanã e em projetos de infraestrutura,.

A liberação da Cota Financeira, até o 2º bimestre, foi quase equitativa: para Fonte de Recursos (FR) Tesouro, 46,9% - R\$ 1,39 bilhão; e, para Outras FR 53,1%, - R\$ 1,58 bilhão, como pode ser observado nos números disponibilizados na Tabela ao lado. Contudo, a utilização desses recursos, pelos órgãos, não seguiu a mesma distribuição: na parcela concernente às FR do Tesouro, foram consumidos 92,3% da Cota Financeira liberada, enquanto nas outras FR, apenas 43,4%, menos do que a metade dos recursos do Tesouro.

Até o 2º bimestre 2012, o índice de utilização da Cota Financeira liberada nas FR sob a gestão do Tesouro Estadual, manteve-se elevado (92,3%). Destaque para áreas prioritárias, que, em média, consumiram, aproximadamente, 100% da cota.

Outro ponto que merece destaque é o fato de a Secretaria de Fazenda continuar mantendo o alto percentual de pagamentos das Programações de Desembolso (PD's) em relação à Cota Financeira utilizada<sup>10</sup> (84,2%), mesmo diante do aumento da Cota Financeira liberada na FR Tesouro (em 2011 – R\$ 1,14 bilhão para R\$ 1,39 bilhão em 2012).

Gráfico 2

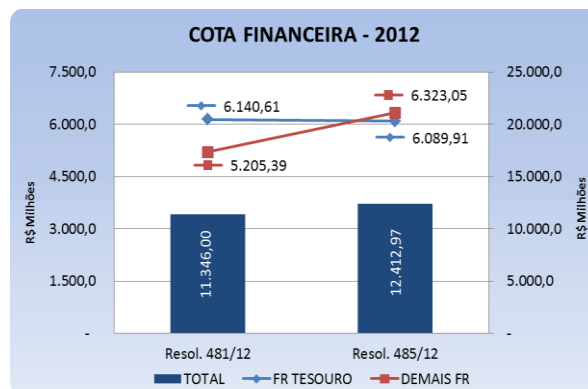


Tabela 23

#### ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS POR FR ATÉ ABRIL DE 2012

FR	DESP. EMPENHADA (A)	DESP. LIQUIDADADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	DESP. PAGA (E)
FR - Tesouro	2.314	1.536	1.392	1.285	1.082
FR - Outras	1.933	732	1.577	684	559
<b>Total geral</b>	<b>4.247</b>	<b>2.268</b>	<b>2.970</b>	<b>1.969</b>	<b>1.641</b>

Fonte: SIG e SIAFEM

Obs: Posição acumulada até Abr/2012

FR	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
FR - Tesouro	66,37%	110,32%	83,64%	92,28%	84,23%
FR - Outras	37,88%	46,42%	93,38%	43,35%	81,74%
<b>Total geral</b>	<b>53,41%</b>	<b>76,38%</b>	<b>86,79%</b>	<b>66,29%</b>	<b>83,37%</b>

Fonte: SIG e SIAFEM

Obs: Posição acumulada até Abr/2012

Tabela 24

#### ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS ATÉ ABRIL DE 2012 POR ÁREAS (FR TESOURO)

ÁREAS	DESP. EMPENHADO (A)	DESP. LIQUIDADADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	DESP. PAGA (E)
EDUCAÇÃO	185	89	77	75	57
SAÚDE	625	383	272	272	190
SEGURANÇA	161	104	81	80	66
DEMAIS ÁREAS	1.344	960	962	858	770
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>2.314</b>	<b>1.536</b>	<b>1.392</b>	<b>1.285</b>	<b>1.082</b>

Fonte: SIG e SATE

Obs: Posição acumulada até Abr/2012

ÁREAS	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
EDUCAÇÃO	48,29%	116,45%	84,22%	98,08%	76,03%
SAÚDE	61,21%	140,62%	71,08%	99,96%	69,71%
SEGURANÇA	64,73%	127,70%	76,79%	98,07%	82,66%
DEMAIS ÁREAS	71,45%	99,79%	89,34%	89,15%	89,70%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>66,37%</b>	<b>110,32%</b>	<b>83,64%</b>	<b>92,28%</b>	<b>84,23%</b>

Fonte: SIG e SATE

Obs: Posição acumulada até Abr/2012

<sup>10</sup> A utilização da Cota Financeira ocorre com a emissão da PD, ou seja, o montante de Cota Financeira utilizada é igual ao montante de PD's emitidas.

## V.2 Pagamento de PD's

No 2º bimestre de 2012, observou-se uma redução no prazo médio da execução das PD's quando comparado ao mesmo período do ano anterior (Gráfico 3): o tempo médio, que antes era de 16 dias (2011), foi reduzido para 12 dias (2012). Tal celeridade no prazo médio de pagamentos ocorreu mesmo diante do cumprimento do cronograma de Restos a Pagar<sup>11</sup>.

Dessa maneira, o Tesouro Estadual evidencia sua agilidade na execução das Programações de Desembolso. Quanto ao exposto no Gráfico 4, no 2º bimestre deste ano, aproximadamente, 100% dos pagamentos foram realizados em até 30 dias após a emissão da PD.

Cabe destacar, ainda, o constante trabalho da Secretaria de Estado de Fazenda com vistas a desenvolver melhorias no Sistema Integrado de Administração Finanças para Estados e Municípios (SIAFEM), o que vem reduzindo os erros nas Programações de Desembolso – PD's, assegurando assim maior celeridade por parte do Tesouro na execução dos seus pagamentos.

Tabela 25

### PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS DAS PD's 2º BIMESTRE DE 2012

ÁREAS	PRAZO MÉDIO
PRIORITÁRIAS	12
NÃO PRIORITÁRIAS	12
<b>MÉDIA GERAL</b>	<b>12</b>

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais - SIG

Gráfico 3

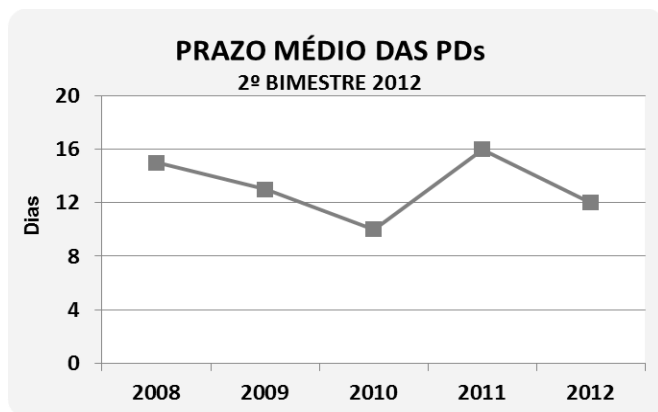
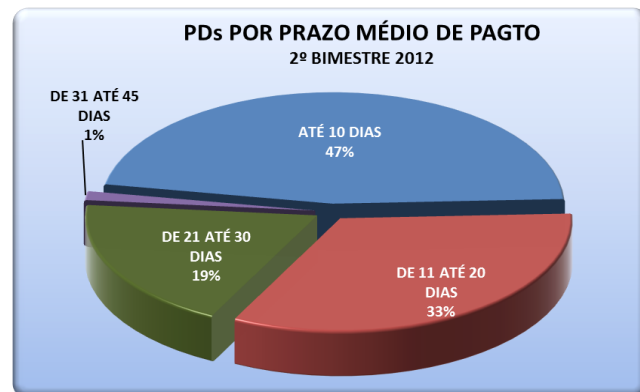


Gráfico 4



<sup>11</sup> Publicado na Resolução SEFAZ nº 481 de 14/02/2012 e alterado pela Resolução SEFAZ nº 485 de 19/03/2012



### V.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro

No segundo bimestre de 2012, os fundos nos quais o Tesouro Estadual aplica os recursos públicos, mantiveram bom desempenho, obtendo em média 105,0% da taxa do Certificado de Depósitos Interbancário (CDI – benchmark dos fundos).

Além disso, nesse bimestre a rentabilidade dos fundos aumentou 5,9% em relação ao anterior, o que ocasionou um aumento de receita financeira de 10,4% em relação ao bimestre anterior. Tal resultado foi possível devido à alocação da quase totalidade dos recursos disponíveis do Tesouro nos fundos exclusivos (99,6%), que possuem desempenho melhor que a de outros fundos disponíveis para aplicação. Para fins comparativos, verifica-se que, até o 2º bimestre, os fundos utilizados pelo Tesouro tiveram um rendimento de 40,8% acima da remuneração da poupança.

No 2º bimestre de 2012, a receita financeira do Tesouro Estadual teve um crescimento de 4,0%, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Ressalte-se que este resultado ocorreu mesmo com a taxa do CDI (Certificados de Depósito Interbancário - benchmark) apresentando queda de 14,2% em relação ao mesmo período de 2011.

O Comitê de Política Monetária (COPOM), na 165ª reunião<sup>12</sup>, reduziu em 0.75 pontos percentuais a taxa SELIC, mantendo a queda gradual da taxa básica de juros. Fato que se repetiu na 166ª reunião<sup>13</sup>, quando a taxa básica de juros sofreu nova redução de 0.75 p.p., passando a vigorar a taxa SELIC de 9,0% a.a. Segundo o COPOM, a estratégia adotada visa assegurar a convergência da inflação para a trajetória de metas estabelecidas para 2012.

Gráfico 5

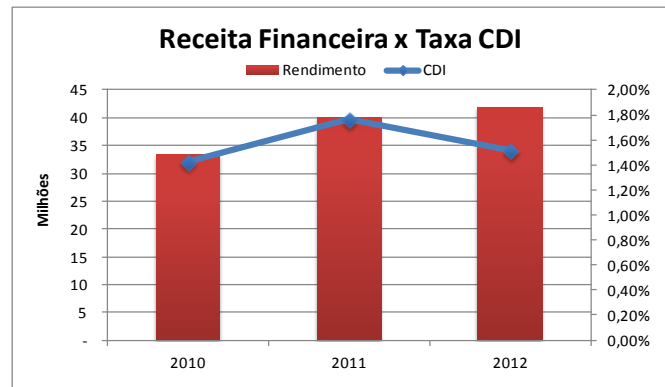


Gráfico 6

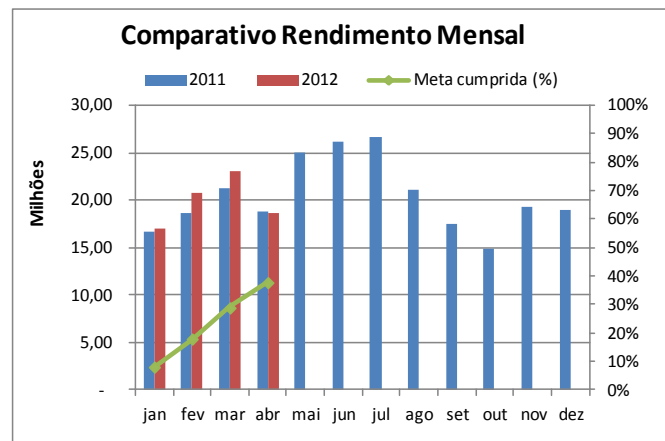
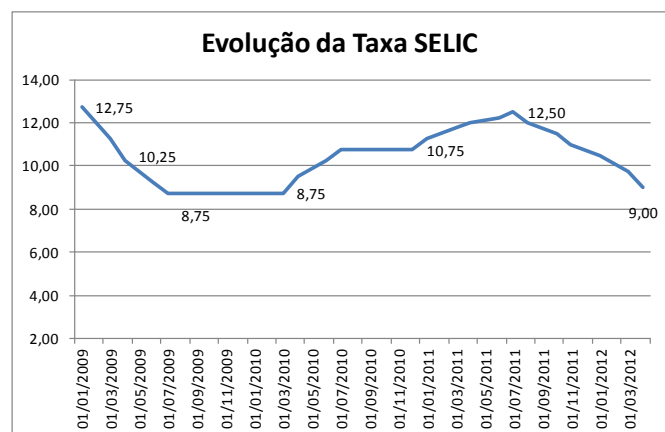


Gráfico 7



<sup>12</sup> Realizado nos dias 06 e 07 de março de 2012.

<sup>13</sup> Realizada no dias 18 e 19 de abril de 2012.

A previsão de receita financeira estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2012 é de R\$ 210,8 milhões. Sendo que deste valor, 37,7% foi realizado até o 2º bimestre de 2012.

#### V.4 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos

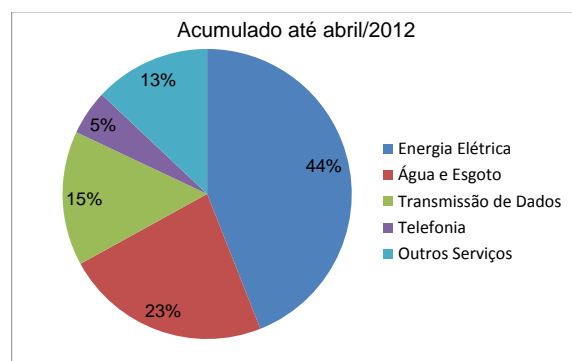
No período de janeiro a abril de 2012, os órgãos e entidades estaduais utilizaram o montante de R\$ 57 milhões para honrar despesas realizadas com serviços públicos essenciais prestados aos Órgãos da administração direta e indireta do Estado do Rio de Janeiro. A maior parte deste montante, cerca de 44%, foi utilizada para quitar despesas com energia elétrica; o restante subdivide-se em: 23%, para serviços de água e esgoto; 15%, para serviços de transmissão de dados; 5%, para serviços de telefonia; e, 13%, para demais serviços.

Em relação à dotação orçamentária, a reserva de recursos para honrar despesas com concessionárias em um Programa de Trabalho (PT) específico visa assegurar a liquidação e pagamento de obrigações, no exercício em que foram geradas, evitando a geração de despesas de exercício anteriores,. Adicionalmente, tem como finalidade evitar custos derivados de multas e moras, quando estas despesas são quitadas após o vencimento.

Destarte, no exercício de 2012, foram disponibilizados R\$ 356 milhões<sup>14</sup> neste PT, e, até o segundo bimestre, foram empenhados R\$ 102 milhões, ou seja, 28%.

Outro fator que colabora para obter maior eficiência na conciliação das despesas com serviços públicos e celeridade dos pagamentos é o Sistema Integrado de Pagamento de Concessionárias – SIPC. Este sistema, criado com o intuito de centralizar os procedimentos de execução orçamentária e financeira das despesas

Gráfico 8



<sup>14</sup> Considerando apenas o orçamento disponibilizado com Fontes de Recursos do Tesouro.

efetuadas pelos entes estaduais com serviços públicos essenciais<sup>15</sup>, abarca 16 concessionárias.

No primeiro quadrimestre de 2012, através do SIPC, foram registrados R\$ 92,3 milhões referentes ao faturamento dos serviços públicos essenciais. Dessa importância, foram adimplidos R\$ 62,3 milhões, ou seja, 62,8% do total. Analisando-se os pagamentos por bimestre, constata-se que estão adimplidas 90,3% e 38,4%, respectivamente, as despesas de competência janeiro-fevereiro e março-abril.

Ademais, verificou-se que, no 2º bimestre, do total de 51 órgãos do Tesouro do Estado, três contribuíram significativamente para o aumento da inadimplência do junto às concessionárias, quais sejam: Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (PCERJ), Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP) e Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC). Vale observar que a SEEDUC influenciou com o maior percentual, do montante de R\$ 32,47 milhões dos valores não adimplidos, R\$ 17,48 milhões referem-se às despesas da SEEDUC.

Cabe expor também que, apesar da significativa inadimplência dos órgãos PCERJ, SEAP e SEEDUC no 2º bimestre, constatou-se que os mesmos cumpriram seus pagamentos no 1º bimestre desse ano nos respectivos percentuais de: 92%, 100% e 77,5%.

Em que pese às necessidades de ajustes orçamentários, financeiros e operacionais de alguns órgãos, cabe salientar o excelente desempenho de quatro órgãos que se destacaram por cumprirem 100% de suas responsabilidades financeiras junto às concessionárias durante o 2º bimestre, vale dizer, a Fundação Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), a Secretaria de Estado de Obras (SEOBRAS), a Superintendência de Desportos do Estado do RJ (SUDERJ) e a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ).

---

<sup>15</sup> Abarca somente as obrigações dos órgãos que honram suas despesas com fontes de recursos do Tesouro, excluindo-se as despesas das empresas e companhias estaduais.

#### V.4.1 Características de Consumo

Analisando-se o consumo de energia elétrica em kWh (Light e Ampla), no segundo bimestre de 2012, pode-se verificar um aumento global de 5,9%, se comparados com o mesmo período do exercício anterior. Ressalte-se que houve um aumento na área da saúde de 12%, devido às ampliações de algumas unidades. Também foram inauguradas algumas instalações que oferecem serviços especializados, cite-se como exemplo o Centro Estadual de Diagnóstico por Imagem – Rio Imagem.

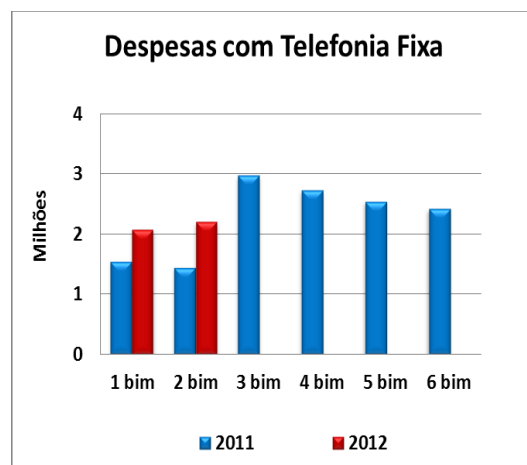
Já o estudo de alta tensão demonstra que, no segundo bimestre de 2012, foram gastos com a demanda de alta tensão R\$ 11,6 milhões, sendo R\$ 9,1 milhões de demanda contratada e R\$ 2,4 milhões de demanda ultrapassada.

Na área de comunicação, o Estado utiliza vários serviços, como telefonia fixa, telefonia móvel, transmissão de dados e transmissão de dados wireless.

No tocante aos serviços de telefonia fixa, nos últimos 12 meses os serviços foram prestados por duas operadoras: Intelig e OI/Telemar. Observa-se que neste período a média do faturamento bimestral foi de R\$ 2,4 milhões. Contudo, os gastos tendem a cair nos próximos meses, pois, em maio de 2012, após a rescisão do contrato com a Intelig e, com o término da vigência do contrato emergencial com a OI/Telemar, houve licitação para os serviços de telefonia fixa que resultou em novo contrato com a OI/Telemar.

Quanto aos serviços de wireless, foram empenhados R\$ 27,6 milhões, tendo sido liquidado R\$ 15,4 e pago R\$ 8,7 milhões. Cabe ressaltar que o projeto de modernização escolar da Secretaria de Educação é responsável por R\$ 5,5 milhões do montante liquidado que ainda não foi quitado (R\$ 6,7 milhões), pois o órgão ainda não fez a ordenação para pagamento por meio da emissão da

Gráfico 9



Programação de Desembolso<sup>16</sup>. Em relação aos serviços de água e esgoto, com o objetivo de tornar a conciliação das faturas mais eficiente, a partir de 2011, as concessionárias passaram a enviar, regularmente, os dados sobre o consumo de cada instalação estadual à Coordenação de Acompanhamento e Controle de Pagamento de Concessionárias – CACPC. Importante destacar que a adesão da Cedae ao SIPC tornou o acompanhamento destas despesas mais abrangente.

No 2º bimestre de 2012, foram faturados R\$ 18 milhões com os serviços de água e esgoto, 20,6% maior que no mesmo período do exercício anterior. Observa-se que as despesas da CEDAE compreenderam R\$ 14,9 milhões do valor faturado para este tipo de serviço. Os gastos com esta companhia obtiveram um crescimento de 22,3% se comparado com o mesmo período de 2011, quando faturou R\$ 12,1 milhões.

#### V.5 Tratamento Dispensado a Restos a Pagar Processados

Conforme estabelecido no cronograma de pagamento do Programa de Pagamento/Parcelamento de Restos a Pagar Processados – RPP's, as datas de pagamento previstas são maio e novembro. Portanto, não houve pagamentos efetuados no segundo bimestre de 2012.

**Tabela 26**

**Faturamento com Serviços de Águas**

CONCESSIONÁRIAS	R\$ mil	
	2 bim 2011	2 bim 2012
CEDAE	12.189	14.909
AGUAS DE NITEROI S/A	1.186	1.234
AGUAS DO PARAIBA S/A	773	1.015
AGUAS DE JUTURNAÍBA S/A	177	223
AGUA DAS AGULHAS NEGRAS S/A	138	106
SAAE	126	132
AGUAS DE NOVA FRIBURGO LTDA	87	94
AGUAS DO IMPERADOR S/A	86	89
PROLAGOS	101	123
SERV AUT DE AGUA E ESGOTO	38	38
<b>TOTAL FATURADO</b>	<b>14.899</b>	<b>17.963</b>

<sup>16</sup> O serviço *wireless* não está incluído no SIPC.

## V.6 Requisições Judiciais de Pagamento

### Precatórios

No 2º bimestre de 2012, foram aplicados pelo Tesouro Estadual, aproximadamente, R\$ 7,32 milhões para pagamento dos acordos de parcelamento de precatórios.

Os pagamentos realizados nos meses de março e abril foram compostos das parcelas de 9 acordos do Estado. Ressalta-se que esses acordos foram celebrados pela Procuradoria Geral do Estado antes da promulgação da EC nº 62, em 09 de dezembro de 2009.

Do total desembolsado, 72,2% foram aplicados no adimplemento das obrigações de natureza alimentícia e 27,8% empregados nas obrigações de natureza comum.

Salienta-se que, em decorrência da opção feita pelo Estado do Rio de Janeiro, por intermédio do Decreto nº 42.315 de 25 de fevereiro de 2010, consoante as disposições da Emenda Constitucional nº 62, o Estado aderiu ao regime especial de pagamento de precatórios, pelo qual deverá quitar seu estoque em 15 anos.

Diante da nova sistemática introduzida pela EC nº 62/2009, o pagamento de novos precatórios serão realizados, diretamente, pelo Tribunal de Justiça, com os recursos financeiros transferidos pelo Estado do Rio de Janeiro. Assim, atualmente, apenas os pagamentos dos acordos de parcelamento de precatórios e as requisições judiciais de pequeno valor estão sendo feitos pela Secretaria de Estado de Fazenda.

De acordo com as guias de depósito encaminhadas pelo Tribunal de Justiça à Secretaria de Estado de Fazenda, nos meses de março e abril de 2012 foram pagos R\$ 14,32 milhões em precatórios do Estado do Rio de Janeiro e suas entidades.

Gráfico 10

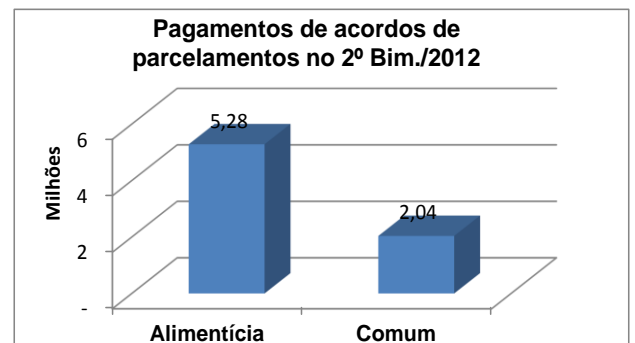
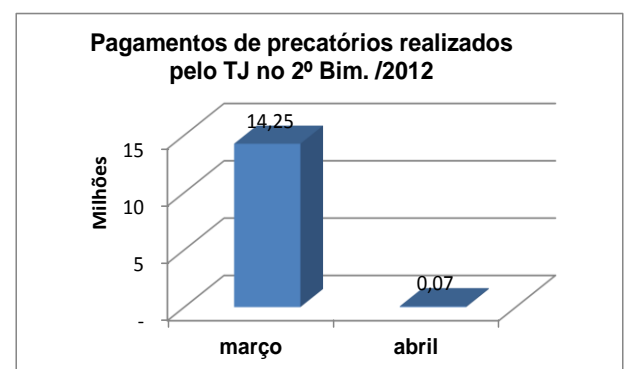


Gráfico 11





## Requisições de Pequeno Valor – RPV

No 2º Bimestre deste ano, foram pagas 281 requisições de pequeno valor, totalizando o valor de R\$ 1,99 milhões.

Ressalta-se que o dispêndio direcionado ao adimplemento dessas obrigações não é definido pelo Estado, dado que essas requisições de pagamento judicial, por seu valor (até 40 vezes o valor do salário mínimo), possuem rito de pagamento diferenciado, conforme § 3º, do art. 100, da Constituição Federal<sup>17</sup>.

### Total de Requisições Judiciais de Pagamento

Somando-se precatórios e requisições de pequeno valor, foi desembolsado, no 2º bimestre de 2012, o montante de R\$ 23,63 milhões.

## V.7 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a dívida pública

O Tesouro Estadual desembolsou no 2º bimestre de 2012, R\$ 844,05 milhões com o serviço da dívida<sup>18</sup>. A importância desembolsada foi 17,1% superior ao valor pago nos meses de janeiro e fevereiro de 2012. Esta variação ocorreu devido aos pagamentos das parcelas semestrais dos contratos da dívida externa, no montante de R\$ 88,63 milhões, realizados no período e em virtude da desvalorização do real frente ao dólar<sup>19</sup>. Ressalta-se, contudo, que este montante representa apenas 10,5% do total do serviço pago.

Além disso, o pagamento da dívida da Administração Indireta honrada com recursos do Tesouro Estadual<sup>20</sup>

<sup>17</sup> O §3º, do art. 100, da Constituição Federal, dispõe o seguinte: “O disposto no caput deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado”.

<sup>18</sup> Serviço da Dívida pago com as fontes do Tesouro Estadual.

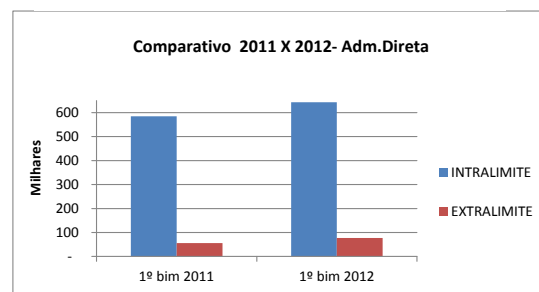
<sup>19</sup> O dólar fechado nas datas dos respectivos pagamentos subiu 4,2% em relação ao período anterior.

<sup>20</sup> A Administração indireta honrada com recursos do Tesouro Estadual é formada pelas entidades que não têm recursos próprios para honrar suas dívidas. As demais entidades, como CODERTE e CEPERJ, por possuírem fontes de receitas próprias, não são citadas no quadro do serviço da dívida.

Tabela 27

PAGAMENTOS DE RPV - 2º BIM. 2012		
MÊS	QUANTIDADE	VALOR
MARÇO	134	856.250,77
ABRIL	147	1.133.820,95
<b>TOTAL</b>	<b>281</b>	<b>1.990.071,72</b>

Gráfico 12



alcançou R\$ 3,17 milhões, 363,2% superior em relação ao 1º bimestre de 2012. Este aumento se deve ao pagamento semestral do contrato da RIOTRILHOS DMLP, no valor de R\$ 2,48 milhões.

Do total pago no 2º bimestre de 2012, R\$ 664,48 milhões foram referentes à dívida intralimite<sup>21</sup>. Vale, porém, pontuar que este valor foi superior aquele devido pela aplicação da Tabela Price, resultando, assim, na amortização de resíduo de R\$ 43,03 milhões.

**Tabela 28**

R\$ mil

Dispêndio com a Dívida Pública (Adm.Dir. + Adm.Ind.Honradas)							
	1º bim 2012			2º bim 2012			Δ % do total no bim
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	
ADM. DIRETA	313.519	406.518	720.037	399.156	441.722	840.878	16,78%
INTRALIMITE	261.537	381.214	642.751	282.262	382.219	664.480	3,38%
EXTRALIMITE	51.982	25.304	77.286	116.895	59.503	176.398	128,24%
INTERNA	44.057	20.642	64.700	52.033	35.737	87.770	35,66%
EXTERNA	7.925	4.662	12.586	64.861	23.766	88.628	604,16%
ADM. INDIRETA HONRADA	601	83	684	2.244	924	3.168	363,18%
<b>TOTAL</b>	<b>314.119</b>	<b>406.602</b>	<b>720.720,997</b>	<b>401.401</b>	<b>442.646</b>	<b>844.046</b>	<b>17,11%</b>
<b>Informações complementares:</b>							
Valor devido intra-limite	233.618	381.214	614.832	239.229	382.219	621.448	1,08%
Valor pago pelo limite (13% da RLF)	261.537	381.214	642.751	282.262	382.219	664.480	3,38%
Diferença incorporada no resíduo	(27.919)	-	(27.919)	(43.033)	-	(43.033)	54,13%

Valores pagos a preços correntes.

\*No cálculo do valor a ser incorporado ao resíduo, considera-se a prestação como paga pelo regime de competência

<sup>21</sup> Para fins de aplicação do limite, poderão ser deduzidos as despesas efetivamente realizadas no mês anterior, correspondentes aos serviços das seguintes obrigações:

I – dívidas refinanciadas com base na Lei nº 7.976, de 20 de dezembro de 1989;

II – dívida externa contratada até 30 de setembro de 1991;

III – dívidas refinanciadas com base no art. 58 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e na Lei nº 8.620, de 05 de janeiro de 1993;

IV – dívidas parceladas junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, cuja formalização tenha ocorrido até 31 de março de 1996;

V – comissão do agente, incidente sobre o pagamento da prestação decorrente da Lei nº 8.727, de 05 de novembro de 1993;

VI – dívida relativa ao crédito imobiliário refinanciado ao amparo da Lei nº 8.727, de 1993, e efetivamente assumido pelo estado, deduzidas as receitas auferidas com essas operações;

VII – as despesas referentes a principal, juros e demais encargos das operações decorrentes da Lei nº 8.727, de 1993, realizadas no mês, excetuada comissão do agente.

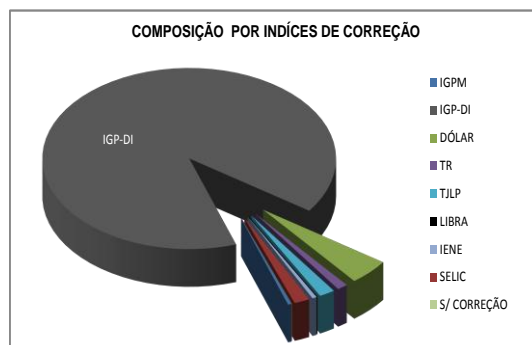
## Dívida Financeira x Receita Líquida Real

No 2º bimestre de 2012, o estoque da Dívida Financeira alcançou R\$ 58,69 bilhões, 1,3% maior que no bimestre anterior. Explicado, essencialmente, pelo reajuste do estoque da dívida interna, corrigida pelo IGP-DI<sup>22</sup> e pela variação do dólar nos contratos da dívida externa.

Além disso, também foi registrado na dívida o valor de R\$ 286,41, referente à decisão do Colendo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro no Processo Administrativo TCE/RJ nº 113.447-6/2004, que tratou da distribuição de multas e juros moratórios incidentes no Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e do Imposto de Propriedade de Veículos - IPVA, relativos à arrecadação Estadual do período de 2004 a 2009.

Tal decisão acarretou na publicação do Decreto Estadual nº 42.516 de 16 de junho de 2010, por meio do qual o Estado parcelou os valores das multas e juros moratórios incidentes no Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços-ICMS e do Imposto de Propriedade de Veículos - IPVA, relativos à arrecadação Estadual do período de 2004 a 2009, aos municípios do Estado do Rio de Janeiro.

Gráfico 13



<sup>22</sup> Os contratos de Assunção de Dívidas do ERJ, junto ao BACEN, e de refinanciamento, firmado ao amparo da Lei nº 9.496/97, que, juntos, representaram 89,1% da dívida financeira, e que são corrigidos pelo IGP-DI, tiveram um aumento de 0,03% e 0,5% respectivamente. A Lei nº 9.496/1997, que rege a renegociação da dívida dos Estados prevê que os saldos devedores sejam corrigidos pelo IGP-DI do mês anterior, o qual no 2º bimestre fechou em 0,6% (IGP-DI de fev/12 e mar/12) e nos últimos 12 meses (de abr/11 a mar/12) em 3,9%.

**Tabela 29**
*R\$ mil*

DÍVIDA FINANCEIRA X RECEITA LÍQUIDA REAL 2012			
	1º Bimestre	2º Bimestre	Δ %
<b>DÍVIDA FUNDADA TOTAL</b>	62.500.601,06	63.340.797,29	1,34%
<b>INTERNA</b>	59.597.038,68	60.145.338,50	0,92%
Dívida com a União	59.597.038,68	60.145.338,50	0,92%
Outras Dívidas Contratuais	-	-	
<b>EXTERNA</b>	2.844.984,73	3.136.760,18	10,26%
Com Aval do Tesouro Nacional	2.842.352,91	3.133.840,27	10,26%
Mobiliária	2.631,82	2.919,91	10,95%
<b>ADM INDIRETA - CUSTEADA (F.TESOURO)</b>	58.577,66	58.698,61	0,21%
<b>DÍVIDA FINANCEIRA</b>	62.500.601,06	63.340.797,29	1,34%
<b>RECEITA LÍQUIDA REAL (+) IGP-DI</b>	31.450.917,02	32.074.801,33	1,98%
<b>RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RLR</b>	1,99	1,97	-0,63%

*Valores a preços correntes*

O estoque da dívida externa, que corresponde a 5,0% do total da dívida financeira, encerrou o 2º bimestre de 2012 com saldo de R\$ 3,14 bilhões, ou seja, 10,3% superior ao do 1º bimestre de 2012, justificada pela variação positiva do dólar do período e, em virtude do ingresso de recursos das operações que se encontram em fase de desembolso.

O saldo devedor da dívida da Administração Indireta somou o montante de R\$ 58,69 milhões, representando um aumento de 0,2% em relação ao saldo verificado no bimestre anterior. O aumento supracitado decorre da função da variação cambial do período e da atualização do contrato da RIOTRILHOS DMLP.

O indicador de solvência (a relação Dívida Financeira/ Receita Líquida Real – DF/RLR) acordado entre a União e o Estado do Rio, apresentou uma queda de 0,6%, passando de 1,99 para 1,97<sup>23</sup>. A despeito da elevação do estoque da dívida do Estado, essa melhora ocorreu em razão do aumento da Receita Líquida em 1,9%.

<sup>23</sup> A meta da dívida para o exercício de 2011, fechada no Programa de Ajuste Fiscal assinado em 10/11/2011, foi de 2,29.

## Perfil da Dívida Financeira

A parcela pré-fixada da Dívida Financeira representou 96,7% do estoque. Desse montante, 91,7% está vinculado a taxas de juros fixadas entre 4,10% e 6%.

Saliente-se que parte expressiva da dívida do Estado está vinculada ao limite de pagamento de 13% da RLR até outubro de 2029.

No tocante aos vencimentos do curto prazo<sup>24</sup>, que representam 7,1% do total do serviço a pagar até 2039, apenas 0,05% está exposto a taxas variáveis. Quanto aos vencimentos futuros, verifica-se que até 2029 o serviço a pagar apresenta um crescimento homogêneo no tempo, seguindo o crescimento da RLR<sup>25</sup>. No exercício seguinte ocorre uma forte queda no serviço, dado que a partir de novembro de 2029, o Estado começa a aplicar apenas o sistema Price de amortização, em substituição ao pagamento limitado a 13% da RLR, no contrato de Refinanciamento firmado ao amparo da Lei nº 9496/97.

Vale ressaltar, ainda, que os custos variáveis não ultrapassam, ao longo dos anos, o patamar de 3,2%.

Em relação ao prazo médio de amortização<sup>26</sup> e ao prazo médio de repactuação<sup>27</sup>, estes atingiram 11,11 anos e 10,54 anos, respectivamente.

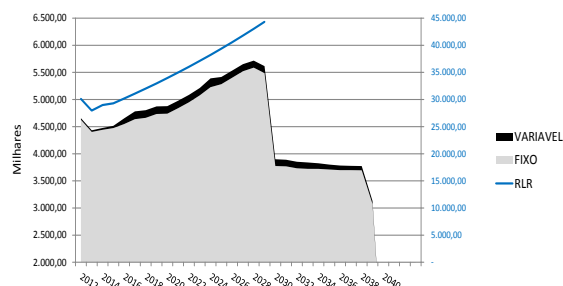
**Tabela 30**

COMPOSIÇÃO DO ESTOQUE POR FAIXAS DE TX de JUROS  
R\$ Mil

Prefixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	1.607.434	2,63%	2,54%
2,1 - 4	293.688	0,48%	0,46%
4,1 - 6	58.080.671	94,85%	91,69%
acima de 6,1	1.252.313	2,05%	1,98%
Subtotal	61.234.105	100,00%	96,67%
Pósfixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	2.090.097	99,15%	3,30%
4,1 - 6	17.902	0,85%	0,03%
Subtotal	2.107.999	100,00%	3,33%
<b>Total</b>	<b>63.342.104</b>		<b>100,00%</b>

**Gráfico 14**

RELAÇÃO ENTRE SERVIÇO FIXO E VARIÁVEL



<sup>24</sup> Dívidas vincendas até o exercício seguinte.

<sup>25</sup> Para a projeção da Receita Líquida Real, para os exercícios de 2012 à 2014, considera-se a RLR prevista no Programa de Ajuste Fiscal assinado em 15/04/2010, e para a projeção dos exercícios seguintes é aplicado uma taxa de crescimento real de 3% ao ano.

<sup>26</sup> Prazo médio de Amortização – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vincendas.

<sup>27</sup> Prazo médio de Repactuação de Taxas – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vincendas, considerando o prazo de repactuação das taxas flutuantes (pós-fixadas).

## Cenários Econômicos

### CENÁRIO ATUAL

Índices	%	ESTOQUE
IGPM	0,35%	219.903.982,38
IGP-DI	90,52%	56.451.762.832,85
DÓLAR	4,30%	2.681.781.685,75
TR	1,16%	723.013.900,51
TJLP	3,05%	1.903.828.267,56
LIBRA	0,00%	2.631.818,26
IENE	0,00%	-
SELIC	0,00%	-
S/ CORREÇÃO	0,61%	378.212.933,95
TOTAL	100,00%	62.361.135.421,26

abr/12

### CENÁRIO OTIMISTA

Índices	%	ESTOQUE
IGPM	0,36%	219.903.982,38
IGP-DI	90,40%	55.644.280.958,10
DÓLAR	4,36%	2.681.781.685,75
TR	1,17%	723.013.900,51
TJLP	3,09%	1.903.828.267,56
LIBRA	0,00%	2.631.818,26
IENE	0,00%	-
SELIC	0,00%	-
S/ CORREÇÃO	0,61%	378.212.933,95
TOTAL	100,00%	61.553.653.546,51

abr/12

### CENÁRIO PESSIMISTA

Índices	%	ESTOQUE
IGPM	0,32%	219.903.982,38
IGP-DI	91,35%	62.420.926.663,64
DÓLAR	3,92%	2.681.781.685,75
TR	1,06%	723.013.900,51
TJLP	2,79%	1.903.828.267,56
LIBRA	0,00%	2.631.818,26
IENE	0,00%	-
SELIC	0,00%	-
S/ CORREÇÃO	0,55%	378.212.933,95
TOTAL	100,00%	68.330.299.252,05

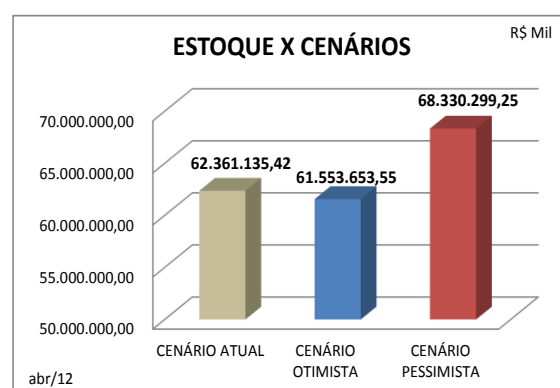
abr/12

Considerando os possíveis cenários de variação da projeção do IGP-DI, ocorre uma diferença no total da dívida, em valores absolutos, como pode ser observado nas tabelas acima, entre o cenário otimista e pessimista de, aproximadamente, R\$ 6,78 bilhões e, em valores relativos, de 11,01%.

Apesar da magnitude da variação relativa da dívida, quando observada a composição da mesma por índices, nota-se uma variação de apenas 0,95% na participação do IGP-DI no total da dívida. Passando de 90,4%, no cenário atual, para 91,3%, no cenário pessimista.

No que se refere ao contexto macroeconômico a inflação pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) avançou 1,02% em abril, após variar 0,56% em março, segundo informou, em 08/05/2012, a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Em relação a um ano antes, o indicador subiu 0,50%. Em 12 meses, o IGP-DI acumula alta de 3,86% e, no ano, de 1,95%. De acordo com o Banco Central, a aposta dos analistas para a alta do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) em 2012 avançou de 5,57% para 5,73%, a sexta alta seguida. Para 2013, a estimativa de alta para o IGP-DI seguiu em 4,90% pela sétima semana seguida.

Gráfico 15





## Receita de Operações de Crédito

Foram liberados R\$ 106,78 milhões de receita oriunda de operações de créditos, em março e abril de 2012:

- R\$ 40,31 milhões ao Programa Estadual de Transportes II – PET II (recursos provenientes do BIRD);
- R\$ 26,55 milhões foram destinados para o Programa Saneamento para todos – PAC (recursos provenientes da CAIXA);
- R\$ 16,80 milhões foram para o Programa Delegacia Legal (recursos provenientes do BNDES);
- R\$ 12,59 milhões foram destinados ao Programa de Financiamento de Contrapartidas do PAC (recursos provenientes da CAIXA);
- R\$ 10,23 milhões ao Programa Nacional do Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR (recursos provenientes do BID);
- R\$ 300 mil ao Programa de Renovação e Fortalecimento da Gestão Pública - PRÓ-GESTÃO (recursos provenientes do BIRD) e;

Neste bimestre, a Secretaria do Tesouro Nacional autorizou a contratação, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, do financiamento no valor de R\$ 157,95 milhões, destinados à elaboração dos Projetos relacionados à implantação da Linha 4 do Metrô do Rio de Janeiro.

Além disso, o Estado deu entrada junto à STN em mais cinco operações de crédito, quais sejam:

- R\$ 3,65 bilhões, destinados à execução do Programa de Melhoria da Infraestrutura Rodoviária Urbana, e da Mobilidade das Cidades do Estado

do Rio de Janeiro - PRO-CIDADES, a ser firmado junto ao Banco do Brasil S.A.;

- US\$ 300 milhões, destinados ao financiamento do Programa de Desenvolvimento Econômico, Social e de Sustentabilidade Fiscal II, a ser firmado junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD;
- US\$ 100 milhões, destinados ao financiamento Adicional do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro, a ser firmado junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD;
- US\$ 394,50 milhões, destinados ao financiamento do Programa de Integração e Mobilidade Urbana da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro a ser firmado junto à Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD; e
- US\$ 120,66 milhões, destinados à execução do Projeto de Reforma e Adequação do Estádio do Maracanã para a Copa do Mundo de 2014, a ser firmado junto à Corporação Andina de Fomento – CAF.

## V.8 Acompanhamento Financeiro de Convênios<sup>28</sup>

O Estado do Rio de Janeiro encerrou o 2º bimestre de 2012, com 642 Convênios de Despesa e 428 Convênios de Receita vigentes<sup>29</sup>.

Entre os Convênios de Despesa, os mais importantes para o Estado são os celebrados no âmbito do Programa Somando Forças<sup>30</sup>, já na esfera dos Convênios de Receita

---

<sup>28</sup> Os dados utilizados nesta seção foram extraídos de relatórios do Sistema Informações Gerenciais (SIG) e do SIAFEM em diversas datas ao longo do mês.

<sup>29</sup> Convênios de Receita – São aqueles em que órgãos ou entidades da administração pública federal aportam receitas ao Estado. Convênios de Despesa - São aqueles em que o Estado do Rio de Janeiro coloca seus recursos à disposição das Prefeituras Municipais e/ou Entidades não Governamentais. Salienta-se que também são conhecidos como uma modalidade de transferência voluntária de recursos.

<sup>30</sup> Decreto nº 42.384/01, de 29 de março de 2010.

o Programa de Aceleração do Crescimento Econômico – PAC<sup>31</sup> engloba os investimentos de maior relevância.

No que tange ao Programa Somando Forças, encontram-se vigentes 130 convênios, beneficiando 71 Municípios. No âmbito desses convênios, até este bimestre, o valor disponibilizado pelo Tesouro Estadual foi de aproximadamente R\$ 485,82 milhões, que foram ou serão utilizados em obras de diversas naturezas, principalmente, nas obras de infraestrutura. No 2º bimestre, foram empenhados aproximadamente, R\$ 7,14 milhões, liquidados R\$ 5,77 milhões e pagos R\$ 2,77 milhões.

Nos demais Convênios de Despesa, encontram-se vigentes 512 convênios, abrangendo programas em infraestrutura, saúde, educação, esporte e lazer. Nos meses de março e abril, foram empenhados cerca de R\$ 164,98 milhões, liquidados R\$ 179,27 milhões e pagos R\$ 203,86 milhões. No âmbito desses convênios, até este bimestre, o valor disponibilizado pelo Tesouro Estadual foi de, aproximadamente, R\$ 974,67 milhões.

Com relação aos convênios abarcados pelo PAC, o Estado firmou com a União, até o 2º bimestre de 2012, o total de 63 Convênios de Receita para a concretização das diversas obras de infraestrutura, alcançando um investimento de aproximadamente R\$ 2,46 bilhões<sup>32</sup>. Dessa importância, R\$ 1,46 bilhão consiste no valor previsto de repasse da União e, aproximadamente, R\$ 993,40 milhões são oriundos do Tesouro Estadual.

Desses recursos disponibilizados pelo Tesouro do Estado, até o 2º bimestre de 2012, foram repassados em torno de R\$ 860,75 milhões. Sendo destinados 62,67%, à área de Habitação; e, cerca de 37,33%, à área de Saneamento.

O Escritório de Gerenciamento de Projetos do Governo do Rio de Janeiro (EGP-Rio) realizou, nos dias 14 e 15 de

---

<sup>31</sup> Lei nº 11.578/2007 – Regula a transferência obrigatória de recursos financeiros federais para Estados, DF e Municípios, para execução das ações do PAC, cuja descentralização seja do interesse da União.

<sup>32</sup> Valor original desconsiderando os aditivos.

março, o Encontro de Gestores de Convênios para coordenadores, gerentes e ordenadores de despesa que trabalham na administração direta e indireta.

A iniciativa do encontro é uma ação preventiva, dentro da organização do Estado, para que cada órgão consiga obter uma gestão eficiente de acompanhamento dos convênios de receita e de despesa, desde a elaboração de uma proposta até a prestação de contas.

**Tabela 31**

**Cronograma de Liberações**  
**Operações Contratadas, Autorizadas e em Tramitação na STN e no Senado Federal**  
**Ente: Estado do Rio de Janeiro**

Data: 31.04.2012

Valores em R\$ mil

	2012		TOTAL
	Liberado (1)	a Liberar (2)	a Liberar (2)
<b>1. Operações de Crédito Contratadas</b>	<b>179.014,03</b>	<b>1.156.596,46</b>	<b>2.628.307,82</b>
Operações contratadas com o Sistema Financeiro Nacional	75.834,71	655.079,47	1.253.140,89
1. BNDES - EXP. METRÔ/GENERAL OSÓRIO	-	12.153,14	12.153,14
2. BNDES - Programa de modernização da Administração Estadual-PMAE	-	527,32	527,32
3. CAIXA - SANEAMENTO PARA TODOS	32.548,70	190.893,09	481.592,01
4. BNDES - SEGURANÇA - Delegacia Legal	23.078,12	59.037,57	59.037,57
5.1 BB - Programa de Sustentação de Investimentos	-	-	0,00
6. BNDES PMAE II	-	7.176,52	7.176,52
7. CAIXA PAC	20.207,89	113.516,00	113.516,00
8. VIALIGHT - CAIXA	-	51.775,84	259.138,33
9. MARACANÃ_COPA 2014 - BNDES	-	220.000,00	320.000,00
Demais	103.179,32	501.516,98	1.375.166,94
1. BIRD - INFRAESTRUTURA II/TRANSPORTES PET II	91.884,42	188.957,85	210.713,55
2. BIRD - RIO RURAL - Desenvolvimento Rural Sustentável	-	15.690,76	48.182,43
3. BID - PROFAZ (profisco)	702,74	17.758,72	25.152,68
4. BIRD - PRÓ-GESTÃO	300,00	25.201,39	34.926,34
5. BID PRODETUR	10.292,16	157.399,02	201.136,18
6. PSAM-BID - 21.1.024	-	96.509,23	855.055,76
<b>2. Operações de Crédito Autorizadas e em Tramitação</b>	<b>-</b>	<b>3.203.460,93</b>	<b>8.371.089,97</b>
1. PROGRAMA ESTADUAL DE TRANSPORTES II ADICIONAL - PET II ADIC. BIRD	-	109.000,86	1.135.080,00
2. AM - ARCO METROPOLITANO - CAF	-	201.705,94	378.360,00
3. INCLUSÃO SOCIAL - SEASDH-BID - FASE I	-	34.551,87	113.508,00
4. MRE - MALHA RODOVIÁRIA ESTADUAL - PRÓ VIAS - CAF	-	201.705,94	604.761,17
5. METRÔ LINHA 4 - FASE I - BNDES	-	99.987,85	157.954,51
6. POE - PROGRAMA DE OBRAS EMERGENCIAIS - CAF	-	67.216,49	189.180,00
7. PAC II - SANEAMENTO - CAIXA	-	124.539,58	415.372,25
8. PROCOPA II - CAF	-	149.959,27	228.275,94
9. DPL III - FASE I	-	567.540,00	567.540,00
10. PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO E MOB. URBANA PMU FASE I	-	746.315,10	746.315,10
11. RIORURAL - ADICIONAL	-	15.375,04	189.180,00
12. PROGRAMA PRÓ-CIDADES	-	885.563,00	3.645.563,00
<b>3. Operações de Crédito a Contratar Incluídas no PAF (3)</b>	<b>-</b>	<b>438.517,37</b>	<b>2.903.698,02</b>
<b>Total</b>	<b>179.014,03</b>	<b>4.798.574,76</b>	<b>13.903.095,81</b>

(1) Valores realizados até o bimestre, a preços correntes

(2) Contém o valor total a ser liberado das operações de crédito contratadas, a preços de abr/2012

(3) Valores redistribuídos de acordo com o PAF assinado em 10/11/2011, atualizados pelo IGP-DI/2012.